

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 169

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição. A contribuição de que trata este artigo não excederá a um por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde. A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 2015.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

1 – Sugestões localizadas¹

SUGESTÃO:00525 DT REC:07/04/87

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

SUGERE QUE LEI COMPLEMENTAR ESTABELEÇA OS LIMITES MÁXIMOS COM AS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICIPIOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS, NÃO PODENDO O TOTAL DELAS ULTRAPASSAR DE 50% DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SUGESTÃO:01052 DT REC:15/04/87

Autor:

GONZAGA PATRIOTA (PMDB/PE)

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

Texto:

SUGERE QUE CADA ESFERA DE GOVERNO ESTABELEÇA O LIMITE PARA AS DESPESAS COM PESSOAL, DE ACORDO COM SUAS PECULIARIDADES E DENTRO DE SUA CAPACIDADE ARRECADADORA.

SUGESTÃO:02071 DT REC:28/04/87

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

SUGERE QUE CADA ESFERA DE GOVERNO ESTABELEÇA O LIMITE PARA AS DESPESAS COM PESSOAL, QUALQUER QUE SEJA A FORMA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES.

SUGESTÃO:02532 DT REC:30/04/87

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

SUGERE NORMA QUE ESTABELEÇA LIMITE MÁXIMO PARA AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

SUGESTÃO:03390 DT REC:06/05/87

Autor:

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

Texto:

SUGERE O ESTABELECIMENTO DE LIMITE ORÇAMENTÁRIO PARA AS DESPESAS COM PESSOAL EM CADA ESFERA DO GOVERNO.

SUGESTÃO:03553 DT REC:05/05/87

Autor:

FELIPE MENDES (PDS/PI)

Texto:

SUGERE QUE LEI COMPLEMENTAR DEFINA OS LIMITES MÁXIMOS DE GASTOS COM PESSOAL E OUTROS CUSTEIOS, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:04051 DT REC:06/05/87

Autor:

JORGE HAGE (PMDB/BA)

Texto:

SUGERE LIMITES PARA DESPESAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS COM PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUGESTÃO:05349 DT REC:06/05/87

Autor:

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

Texto:

SUGERE SEJA ESTABELICIDO LIMITE PARA DESPESAS COM SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES.

SUGESTÃO:05843 DT REC:06/05/87

Autor:

JÚLIO COSTAMILAN (PMDB/RS)

Texto:

SUGERE SEJA ESTABELECIDO LIMITE PARA DESPESAS COM SERVIDORES PÚBLICOS DAS ENTIDADES QUE ENUMERA.

SUGESTÃO:06125 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

SUGERE QUE LEI COMPLEMENTAR ESTABELEÇA OS LIMITES PARA AS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS TERRITÓRIOS E DOS MUNICÍPIOS.

SUGESTÃO:06688 DT REC:06/05/87

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

SUGERE SEJAM ESTABELECIDOS LIMITES PARA AS DESPESAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS COM PESSOAL.

SUGESTÃO:06795 DT REC:06/05/87

Autor:

MENDES THAME (PFL/SP)

Texto:

SUGERE SEJA ESTABELECIDO LIMITE PARA AS DESPESAS COM PESSOAL NA UNIÃO, NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS.

SUGESTÃO:07799 DT REC:06/05/87

Autor:

CLÁUDIO ÁVILA (PFL/SC)

Texto:

SUGERE DISPOSITIVO DETERMINANDO O LIMITE DE 50% DO ORÇAMENTO ANUAL DA UNIÃO, DOS ESTADOS, TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS COM DESPESAS DE PESSOAL.

SUGESTÃO:08047 DT REC:06/05/87

Autor:

SAMIR ACHÔA (PMDB/SP)

Texto:

SUGERE LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL DA UNIÃO, DOS TERRITÓRIOS, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS.

SUGESTÃO:09952 DT REC:06/05/87

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

SUGERE NORMA FIXANDO LIMITE PARA DESPESAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS COM PESSOAL.

2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas sobre o tema. A relação de reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira está disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/subcomissao5b

3 – Subcomissões temáticas

SUBCOMISSÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA – VB

| | |
|---|--|
| FASE A – Anteprojeto do relator | A matéria não foi localizada nesta Fase. |
| FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator | Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.) |
| FASE C – Anteprojeto da subcomissão | A matéria não foi localizada nesta Fase. |

4 – Comissões temáticas

COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - V

| | |
|---|---|
| FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão | Total de emendas localizadas: 5. (consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.) |
| FASE F – Substitutivo do relator | <p>Art. 44 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 47.</p> <p>§ 1º - Inclui-se na despesa de que trata o "caput" o dispêndio com o pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam, a qualquer título, recursos do Orçamento Fiscal.</p> <p>§ 2º - Os vencimentos de cargos e os salários de empregos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para atribuições iguais ou assemelhadas, sendo vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.</p> |
| FASE G – Emenda ao substitutivo | Total de emendas localizadas: 9. (consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.) |
| FASE H – Anteprojeto da comissão | <p>Art. 47 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:</p> <p>I - se houver, previamente, dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e</p> <p>II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>Art. 48 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 52.</p> <p>§ 1º - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas das transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.</p> <p>§ 2º - Os vencimentos de cargos e os salários de empregos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo,</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>para atribuições iguais ou assemelhadas, sendo vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.</p> <p>Consulte na 9ª reunião da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças a votação do Substitutivo do Relator publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 22/8/1987, Supl., a partir da p. 237.</p> <p>Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao5/comissao5</p> |
|--|---|

5 – Comissão de Sistematização

| | |
|--|--|
| FASE I – Anteprojeto de Constituição | <p>Art. 302 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:</p> <p>I - se houver, previamente, dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e</p> <p>II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>Art. 303 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 470.</p> <p>Parágrafo único - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas das transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.</p> |
| FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto | <p>Total de emendas localizadas: 3.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas das Fases J e K ao final deste documento).</p> |
| FASE L – Projeto de Constituição | <p>Art. 297 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:</p> <p>I - se houver, previamente, dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e</p> <p>II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>Art. 298 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 465.</p> <p>Parágrafo único - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas das transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.</p> |

| | |
|---|---|
| | |
| FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares | Total de emendas localizadas: 36. (consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.) |
| FASE N – Primeiro substitutivo do relator | Art. 224 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. § 1º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. |
| FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator | Total de emendas localizadas: 24. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.) |
| FASE P – Segundo substitutivo do relator | Art. 190 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Parágrafo único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. |

6 – Plenário

| | |
|---|---|
| FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias | Art. 198. A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas: I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. |
|---|---|

| | |
|---|--|
| | |
| FASE S – Emendas de Plenário (2P) | <p>Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão² nº 02042, art. 198.</p> |
| FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º) | <p>Art. 175. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.</p> <p>Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão a qualquer título de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:</p> <p>I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;</p> <p>II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.</p> |
| FASE U – Emendas ao Projeto B (2T) | Não foram localizadas emendas. |
| FASE V – Projeto C (fim 2º turno) | <p>Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.</p> <p>Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:</p> <p>I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;</p> <p>II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.</p> |

7 – Comissão de Redação

| | |
|---|---|
| FASE W – Proposta exclusivamente de redação | <p>Total de emendas localizadas: 2. (consulte a íntegra das emendas da Fase W ao final deste documento).</p> |
| FASE X – Projeto D – redação final | <p>Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.</p> <p>Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou</p> |

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

| | |
|--|--|
| | <p>indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:</p> <p>I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;</p> <p>II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.</p> <p>Nota: Prevaleceu alteração redacional proposta pelo Professor Celso Cunha para o parágrafo único do art. 169.</p> <p>Consulte quadro comparativo das propostas de redação, fls. 138 e 139.</p> |
|--|--|

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE B

EMENDA:00012 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Acrescente-se ao item I, dos Planos e Orçamentos, o seguinte:

"A União, os Estados e os Municípios não poderão despende mais do que sessenta por cento da sua receita na despesa com pessoal."

Justificativa:

Generalizadamente Estados e Municípios estão dispendendo na remuneração de pessoal muito acima da arrecadação. A não adoção de uma norma constitucional limitadora, tem estimulado administradores desavisados à prática de empreguismo desenfreado.

O intuito de nossa emenda é incluir no novo texto constitucional norma proibindo tais abusos, inclusive contra o clientelismo político.

Parecer:

O assunto se reveste de enorme importância. Contudo, consideramos perigosa a fixação de percentuais no texto constitucional.

A preocupação espelhada deve ser levada a lei complementar.

Assim, somos pela rejeição da Emenda.

EMENDA:00038 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituente

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Onde couber no setor - V - B. Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira.

"Estabelece limite máximo para as despesas com o pagamento do funcionalismo público".

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa aos Funcionários Públicos, o seguinte dispositivo:

"Os gastos com o pagamento dos servidores da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas pelo poder público em nenhuma hipótese poderá ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do Orçamento da União, dos Estados e Municípios.

§ 1o. A inobservância do disposto neste artigo implicará na declaração de impedimento do Presidente da República, do Governador do Estado ou do Prefeito Municipal, conforme o caso, na forma em que dispuser lei ordinária.

§ 2o. O disposto neste artigo aplica-se no que couber, aos servidores do Poder Legislativo e do Poder Judiciário."

Justificativa:

Diariamente surgem notícias no sentido de que, em muitos Estados e Municípios, a respectiva folha de pagamento dos servidores públicos é muito superior à arrecadação, o que contribui decisivamente para o crescimento do déficit público.

Parecer:

A proposta é reconhecida como de grande alcance em termos de controle das despesas com o funcionalismo público, entretanto julgamos que, dada a complexidade da matéria, não deve ser incluída no texto constitucional.

Diante do exposto, somos contrário à emenda.

EMENDA:00110 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Acrescente-se o art. 3o. ao anteprojeto da Subcomissão, renumerando-se os demais:

"Art. 3o. A partir de 1o. de janeiro de 1989, a despesa de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder 60% das respectivas receitas correntes. Sempre que o valor acumulado da despesa de pessoal, em qualquer mês do exercício, for superior a 60% da receita corrente acumulada, serão procedidas reduções nas remunerações individuais, a qualquer título, de todos os funcionários, ou cortes nos contingentes, na proporção necessária para preservar aquele limite."

Justificativa:

É finalidade precípua do poder público, promover os serviços que lhe competem de atendimento à população, para o que é necessário dispor de, ao menos, parte dos recursos que arrecada. No entanto, o inchamento da máquina estatal, em todos os níveis da Administração, não só tem comprometido o total das arrecadações, como, ainda, em muitos casos, gerado déficits insuportáveis a Municípios e Estados.

A limitação da despesa de pessoal faz-se, assim, imprescindível e, tal como proposta, tem a vantagem de fazer do servidor.

Parecer:

O assunto se reveste de enorme importância. Contudo, consideramos perigosa a fixação de percentuais no texto Constitucional.

A preocupação espelhada deve ser levada a lei ordinária.

Assim, somos pela rejeição da Emenda.

FASE E

EMENDA:00349 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

CLÁUDIO ÁVILA (PFL/SC)

Texto:

Acrescentar ao Art. 2o, do Anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, o seguinte parágrafo:

§ 1o. - A União, Os Estados, o Distrito Federal e Municípios aplicarão até 50% do orçamento anual em despesas com pessoal;

Justificativa:

Assistimos hoje um comprometimento orçamentário altíssimo, apenas em despesas com pessoal, chega-se a isso pela falta de dispositivo constitucional capaz de coibir tais estados de coisa.

Sem dúvida, trata-se de medida austera, contudo estamos criando condições para o alcançamento do equilíbrio das despesas públicas.

Parecer:

A Emenda do nobre Constituinte objetiva estabelecer vinculação de parte da receita tributária da União, seguindo linha diferente do Anteprojeto da Subcomissão "v.a" que se orientou no sentido de deixar plenamente livres as receitas que a Constituição prevê a disposição das várias unidades governamentais.

Se, por um lado, pensamos ser importante que os recursos públicos sejam aplicados preponderantemente em áreas e setores prioritários, entendemos, por outro lado, que o disciplinamento de vinculações de receitas a nível constitucional, resultaria, sem dúvida, no comprometimento rígido de toda a receita pública somente com aquelas áreas e setores julgados prioritários em determinado momento e situação, com abstração de estudos e análises objetivas indispensáveis à elaboração das políticas públicas.

A vista dessas considerações, é de se reconhecer, ainda, que o Poder Legislativo, por ocasião da discussão e votação do Orçamento, ficaria tolhido em sua função de decidir autonomamente sobre a alocação e aplicação dos recursos dentro de uma visão global da realidade econômico-social do País.

Pela rejeição.

EMENDA:00476 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERES NADER (PDT/RJ)

Texto:

Emenda ao Anteprojeto da Subcomissão de

Orçamento e Fiscalização Financeira

Acrescentem-se os seguintes artigos:

"Art. - Aos Estados e Municípios é vedado

aplicar mais de quarenta por cento da sua receita orçamentária em despesas de pessoa".

Disposição Transitória

"Art. - No prazo de dois anos da

promulgação desta, os Estados e Municípios

adaptarão suas despesas de pessoal ao limite

previsto no art. (antecedente)".

Justificativa:

Pretende-se evitar que a maior parte da receita orçamentária dos Estados e Municípios seja absorvida com despesas de pessoal. Não é raro, hoje, que mais de 90% dos recursos públicos tenham esse destino.

Como disposição transitória, propõe-se o prazo de dois anos para que os Estados e Municípios adaptem suas despesas de pessoal ao limite acima proposto, de 40% da receita orçamentária.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, tornando-o mais completo, ajustado e consistente. Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa.

Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:00867 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JORGE HAGE (PMDB/BA)

Texto:

Inclua-se o seguinte artigo:

Art. - A União e os Estados não poderão

aplicar mais de 70% (setenta por cento) das suas

receitas ordinárias, e os Municípios não aplicarão

mais de 60% (sessenta por cento), em despesas com

Pessoal.

Justificativa:

A União e os Estados, não podem ter suas receitas comprometidas totalmente, como tem acontecido atualmente, com despesas com pessoal. É preciso que sobre recursos para investimentos na área social.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, tornando-o mais completo, ajustado e consistente. Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa.

Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:01110 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

Texto:

Inclua-se onde couber, na Seção "Do Orçamento":

Art. A despesa de pessoal da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios não poderá exceder de cinquenta por cento das respectivas receitas correntes.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada esfera de Governo adotará as providências necessárias para aplicação do disposto neste artigo, no prazo de dois anos a contar da promulgação da presente Constituição.

Justificativa:

É notório que o déficit público tem como uma das principais causas o desregramento nas despesas de pessoal. O atual artigo 64 da Constituição remete a matéria a uma lei complementar, que jamais foi expedida. Por isso, é preferível voltar a uma previsão expressa, como o fez a Constituição de 1967.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, tornando-o mais completo, ajustado e consistente. Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa. Pelo acolhimento parcial.

EMENDA:01159 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Acrescente-se o art. 3o. ao anteprojeto da Subcomissão, renumerando-se os demais:

Art. 3o. - A partir de 1o. de janeiro de 1989, a despesa de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder 60% das respectivas receitas correntes. Sempre que o valor acumulado da despesa de pessoal, em qualquer mês do exercício, for superior a 60% da receita corrente acumulada, serão procedidas reduções nas remunerações individuais, a qualquer título, de todos os funcionários, ou cortes nos contingentes, na proporção necessária para preservar aquele limite.

Justificativa:

É finalidade precípua do poder público, promover os serviços que lhe competem de atendimento à população, para o que é necessário dispor de, ao menos, parte dos recursos que arrecada. No entanto, o inchamento da máquina estatal, em todos os níveis da Administração, não só tem comprometido o total das arrecadações, como, ainda, em muitos casos, gerado déficits insuportáveis a Municípios e Estados.

A limitação da despesa de pessoal faz-se, assim, imprescindível e, tal como proposta, tem a vantagem de fazer do servidor público um fiscal do empreguismo e das disposições salariais que, a ele próprio, diretamente, poderão prejudicar.

Parecer:

A apreciação da Emenda do nobre Constituinte levou-nos à conclusão de que ela pode ser aceita parcialmente, porquanto trata de aspectos que contribuem efetivamente para o aprimoramento do Anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, tornando-o mais completo, ajustado e consistente. Em consequência, estamos modificando o dispositivo a que ela se reporta, de modo a fazê-lo incorporar a parte da Emenda que o aperfeiçoa.
Pelo acolhimento parcial.

FASE G

EMENDA:00051 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

ART. " Não podem a UNIÃO, os ESTADOS, os MUNICÍPIOS, TERRITÓRIOS e DISTRITO FEDERAL, gastar mais de 45% do seu orçamento com despesas pessoal."

Justificativa:

A NAÇÃO deseja uma CONSTITUIÇÃO que seja mera "CARTA DE INTENÇÕES" ou um rol de promessas não concretizada.

Quanto mais contemplarmos a auto aplicabilidade do novo texto, mais realista, respeitada a moderna será nossa história tarefa.

E em áreas como a contemplada neste dispositivo há historicamente – vícios, desvios, exageros, desvirtuamento da verdadeira "RES PUBLICA"

Por isso, freios Constitucionais são necessários.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Substitutivo e os das demais emendas atinentes ao mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do Autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta a Seção I do. Capítulo II, nem coincide com o conjunto dos pontos-de-vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:00081 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JESUS TAJRA (PFL/PI)

Texto:

Emenda ao Substitutivo:

Suprima-se o artigo 44.

Justificativa:

O dia da posse do Presidente da República deve ficar estabelecido na seção relativa ao Poder Executivo.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Substitutivo e os das demais emendas atinentes ao

mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do Autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta a Seção I do. Capítulo II, nem coincide com o conjunto dos pontos-de-vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.
Pela rejeição.

EMENDA:00104 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

BRANDÃO MONTEIRO (PDT/RJ)

Texto:

Suprimam-se o art. 44 e seus parágrafos e o art. 47.

Justificativa:

O dispositivo é demagógico, ridículo e irrealista e conflita com a realidade econômica em tempos de crise, quando a queda das receitas poderá implicar a redução salarial para os servidores públicos, o que é inaceitável.

Trata-se, efetivamente, de uma tentativa de dar uma satisfação, ainda que, demagógica aos meios de comunicação e aos credores internacionais, que tem por hábito lançar o déficit público à conta de despesas com pessoal, omitindo a causa fundamental que é a dívida pública interna a externa.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Substitutivo e os das demais emendas atinentes ao mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do Autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta a Seção I do. Capítulo II, nem coincide com o conjunto dos pontos-de-vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.
Pela rejeição.

EMENDA:00110 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

NION ALBERNAZ (PMDB/GO)

Texto:

Dê-se ao § 1o. do artigo 44 do Substitutivo a seguinte redação:

Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, incluem-se as receitas correntes, deduzidas das transferências intergovernamentais, e o dispêndio com o pessoal das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do Orçamento Fiscal.

Justificativa:

Na redação dada ao Substitutivo, consideram-se, tão-somente, os dispêndios com pessoal das autarquias e fundações sem levar em conta as receitas correntes dessas entidades.

Nestas circunstâncias, as unidades da Federação e os Municípios que tiverem ação descentralizadora mais intensa, terão maior dificuldade em enquadrarem-se no limite estipulado no artigo.

Com a nova redação procura-se o aprimoramento da proposta inicial.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do Substitutivo, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados pelo Relator.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00141 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

JOFRAN FREJAT (PFL/DF)

Texto:

Emenda aditiva

Art. - Os Estados, Distrito Federal, Territórios, e Municípios limitarão suas despesas de pessoal proporcionalmente à população e receita respectivas, na forma que lei federal fixar.

Justificativa:

As nomeações abusivas de pessoal, principalmente em épocas pré-eleitorais, estão abalando as finanças dos estados e Municípios, impedindo a realização de obras prioritárias de saneamento, educação, transporte coletivo e outras.

As leis proibitivas de admissão de pessoal nos períodos que antecedem os prélios eleitorais têm disso inócuas.

Urge fixar na Constituição medidas gerais que venham a ser reguladas em lei federal, fixando sanção para os transgressores.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Substitutivo e os das demais emendas atinentes ao mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do Autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta a Seção I do. Capítulo II, nem coincide com o conjunto dos pontos-de-vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:00324 APROVADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao art. 44:

Art. 44 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, bem como a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras e contratação de pessoal pelos órgãos da administração pública só poderá ser feita:

- a) se houver, previamente, dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e os acréscimos a dela decorrentes;
- b) se houver autorização específica na lei de diretriz orçamentária.

Justificativa:

A redação proposta explicita de forma mais clara e vinculação entre os atos de administração de pessoal e a existência de recursos para atendê-los.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do Substitutivo, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Verifica-se, portanto, que a Emenda se ajusta adequadamente aos princípios e diretrizes adotados pelo Relator.

Pelo acolhimento.

EMENDA:00577 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

Texto:

No Capítulo II, Seção I - Dos Orçamentos, substitui-se o art. 44 e 47 pelos seguintes:

Art. 44 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitando o disposto no art. 47.

Art. 47 - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, cuja despesa de pessoal exceda ao limite previsto, no art. 44, deverão, no prazo de cinco anos, contados da data de promulgação da Constituição, atingir o limite previsto reduzindo o percentual excedente à base de um quinto a cada ano.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente Autor da Emenda pela importância do assunto. Contudo, as normas que compõem a matéria constitucional ora em debate, sobre Orçamento e Fiscalização Financeira, já atendem os objetivos da Emenda, pois visam de forma implícita aos efeitos pretendidos. Torna-se, assim, dispensável a explicitação da norma. Pela rejeição.

EMENDA:00801 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Dê-se nova redação ao Art. 47 do Substitutivo do Relator dessa Comissão:
"Art. 47. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cuja despesa de pessoal, a partir de 1o. de janeiro de 1989, em qualquer mês do exercício, exceda ao limite previsto no Art. 44, consideradas as receitas correntes acumuladas, deverão proceder a redução nas remunerações individuais, a qualquer título, de todos os seus servidores, ou a cortes nos contingentes, na proporção necessária para preservar aquele limite."

Justificativa:

Visa a proposição aperfeiçoar a redação do Substitutivo em dois pontos importantes: em primeiro lugar, determinando uma ação imediata sobre o excesso de despesa, visto que a dilação do processo em 5 anos tende a esvaziar a eficácia do dispositivo; em segundo lugar, apontando as alternativas

para a restauração do limite ultrapassado: redução universal das remunerações ou corte proporcional no número de servidores.

O substancial reforço das rendas dos Estados, a ser obtido com a nova Constituição, tanto torna factível o respeito ao limite estabelecido no Art. 44, quanto faz ainda mais oportuna sua instituição, visto que se encontram nos Estados os fatos mais graves de exageros nos gastos com pessoal.

Parecer:

O conteúdo da Emenda, em confronto com o do Substitutivo e os das demais emendas atinentes ao mesmo assunto, não obstante os nobres propósitos do Autor, não se harmoniza com a sistemática que orienta a Seção I do. Capítulo II, nem coincide com o conjunto dos pontos-de-vista expressados pela maioria dos membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:00802 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

5 - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

No art. 44 do Substitutivo do Relator dessa Comissão, substituir "sessenta e cinco por cento" por "sessenta por cento."

Justificativa:

É necessário preservar a capacidade de investimento do Estado. Parece fora de dúvida que 60% das receitas correntes devem ser suficientes para os gastos com pessoal, especialmente considerando-se o reforço, das receitas de Estados e Municípios, onde se têm localizado os maiores problemas com o volume desses gastos.

Parecer:

A Emenda e sua justificativa demonstram a indúbia preocupação do ilustre Constituinte em não onerar excessivamente o erário público com despesas com pessoal.

A percentagem apresentada por esta Comissão procurou levar em conta, um limite máximo de tolerância, que possa ser atingido com as referidas despesas.

Observando-se que é extremamente pequena a diferença entre a porcentagem proposta pelo ilustre Constituinte e, a proposta por esta Comissão (5%), por uma questão de cautela, manteve-se a proposta da Comissão

Pela rejeição.

FASES J e K

EMENDA:00528 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

Texto:

Incluam-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa ao Sistema Tributário, os seguintes dispositivos:

"Art. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios:

I - instituir ou aumentar tributos sem que a

lei o estabeleça, ressalvados os casos revistos nesta Constituição;

II - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

III - instituir imposto sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou os serviços dos partidos políticos e de instituições filantrópicas, de educação, cultura ou assistência social, reconhecidas como de utilidade pública federal, imunes, também, à quota patronal previdenciária; e

d) o livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão.

Art. A lei orçamentária da União, do Estado e do Município fixará a despesa de pessoal, que não poderá ser superior a cinquenta e cinco por cento de sua arrecadação."

Justificativa:

A própria Previdência Social, conclama na Exposição de Motivos nº 51, de 19 de outubro de 1986, que se fez acompanhada da mensagem nº 725-86, do Poder Executivo, que "frequentemente recebe justos apelos por anistia de débitos e isenção de contribuições patronais por parte de instituições de amparo e assistência a carentes, menores, idosos ou excepcionais, custeados com recursos das comunidades ou com subvenções de órgãos públicos. Em geral, essas instituições lutam com grandes dificuldades financeiras para garantir aos assistidos padrões mínimos de proteção, e se veem na impossibilidade de pagar a parte patronal das contribuições previdenciárias, deixando acumular débitos para com a Previdência", e a atual Constituição em seu artigo 19, estabelece que são imunes a tributação aquelas quase dedicam à educação e à assistência social.

A presente emenda, visa definir, vez por todas, a quem alcança o espírito da Lei Maior.

Ora, incumbe ao Estado, o dever de dar a educação em todos os níveis e grande é o clamor público pelo suprimimento desta lacuna.

Desta forma, não nos parece lícito onerar-se o ensino com tributações absurdas, mormente as instituições filantrópicas de todos os gêneros, que funcionam como verdadeiros auxiliares de complementação das necessidades do ensino nacional.

EMENDA:01051 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

Texto:

Incluam-se os seguintes parágrafos ao art.

293, do Anteprojeto de Constituição, elaborado pelo Relator Constituinte Deputado Bernardo Cabral:

§ - A despesa de pessoal da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder a 70% (setenta por cento) da respectiva receita tributária.

§ - A adaptação das despesas de custeio ao limite estabelecido no parágrafo anterior deverá processar-se na elaboração e na execução dos orçamentos dos quatro exercícios financeiros

subsequentes à entrada em vigor desta Constituição.

Justificativa:

Cz\$ 300 mil a Cz\$ 400 mil mensais de salários a cerca de 500 funcionários públicos. O Estado de Alagoas, com 25 mil quilômetros quadrados de território (só o de Sergipe é menor) e cerca de 2,2 milhões de habitantes é recordista em índice de analfabetismo (58%), em taxa de mortalidade infantil e de mortos por desnutrição. Contraditoriamente sustenta os “marajás” com seus supersalários que ultrapassam os Cz\$ 400 mil, graças a artifícios legislativos (inconstitucionais) criados.

O governador de Pernambuco diz que poderia governar apenas com 30% do funcionalismo que possui. O de Minas afirma que 50 mil ganham para não fazer nada. O do Ceará demitiu e anulou 30 mil cargos de acumulação de função.

São casos assim que demonstram como as administrações estaduais, no País, estão doentes e as máquinas administrativas trabalham em grande parte para arrecadar e se pagar a si próprias.

No plano federal, a folha mensal dos servidores é de 6,9 bilhões de cruzados.

O empreguismo é uma velha vocação brasileira e muita coisa ainda está por vir à tona.

Nossa emenda intenta, pois, limitar os gastos com pessoal em 70% da receita tributária (e não do total do orçamento) da União, Distrito Federal o Estado e Municípios.

À proposta de se limitar o comprometimento de recursos públicos com despesas de custeio, na execução orçamentária dos três níveis de Governo, deve-se adicionar critério determinador da dimensão temporal para adaptação a esse dispositivo constitucional.

EMENDA:03979 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

Suprima-se o parágrafo único do art. 303.

Justificativa:

O dispositivo em questão além de representar norma própria de legislação ordinária pois é meramente conceitual, está redigido de forma inteligível e inaplicável.

FASE M

EMENDA:00934 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CLÁUDIO ÁVILA (PFL/SC)

Texto:

EMENDA ADITIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO. 292, INCISO I.

O inciso I, do art. 297, do Projeto, passa ter a seguinte redação:

Art. 297.

I - vincular receita de natureza tributária a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição

do produto da arrecadação dos impostos mencionados no Capítulo do Sistema Tributário Nacional, bem como dos percentuais estabelecidos pelo art. 379 desta Constituição.

Justificativa:

O Art. 292, ao fixar o princípio da não vinculação de receita da forma como o fez, contraria o que estabelece o Art. 384, seguindo uma tradição constitucional e a unanimidade das aspirações nacionais referentes à prioridade da Educação.

A emenda, abrindo exceção para os investimentos em educação, supera a contradição e atende à tradição constitucional e às aspirações nacionais.

Parecer:

Considerando as razões apresentadas na justificação e o entendimento de grande número de Constituintes entendemos ser válido a inclusão de vinculação de receita especificamente para a educação. Assim, consideramos a Emenda como aprovada em parte, na forma do substitutivo. Pela aprovação parcial

EMENDA:00983 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

Texto:

Incluam-se os seguintes parágrafos ao art.

288, do Projeto de Constituição, elaborado pelo Relator Constituinte Deputado Bernardo Cabral:

"§ - A despesa de pessoal da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder a 70% (setenta por cento) da respectiva receita tributária.

§ - A adaptação das despesas de custeio ao limite estabelecido no parágrafo anterior deverá processar-se na elaboração e na execução dos orçamentos dos quatro exercícios financeiros subsequentes à entrada em vigor desta Constituição."

Justificativa:

O governo de São Paulo paga de Cz\$ 300 mil a Cz\$ 400 mil mensais de salários a cerca de 500 funcionários públicos.

O Estado de Alagoas, com 25 mil quilômetros quadrados de território (só o de Sergipe é menor) e cerca de 2,2 milhões de habitantes é recordista em índice de analfabetismo (58%), em taxa de mortalidade infantil e de mortos por desnutrição. Contraditoriamente sustenta os "marajás" com seus supersalários que ultrapassam os Cz\$ 400 mil, graças a artifícios legislativos (inconstitucionais) criados.

O governador de Pernambuco diz que poderia governar apenas com 30% do funcionalismo que possui. O de Minas afirma que 50 mil ganham para não fazer nada. O do Ceará demitiu e anulou 30 mil cargos de acumulação de função.

São casos assim que demonstram como as administrações estaduais, no País, estão doentes e as máquinas administrativas trabalham em grande parte para arrecadar e se pagar a si próprias.

No plano federal, a folha mensal dos servidores é de 6,9 bilhões de cruzados.

O empreguismo é uma velha vocação brasileira e muita coisa ainda está por vir à tona.

Nossa emenda intenta, pois, limitar os gastos com pessoal em 70% da receita tributária (e não do total do orçamento) da União, Distrito Federal o Estado e Municípios.

À proposta de se limitar o comprometimento de recursos públicos com despesas de custeio, na execução orçamentária dos três níveis de Governo, deve-se adicionar critério determinador da dimensão temporal para adaptação a esse dispositivo constitucional.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor de Emenda, pela importância do assunto.

Entretanto, entendemos que o assunto deva ser objeto de lei complementar, conforme redação ao novo texto constitucional e elaborado pela Comissão.

EMENDA:02928 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Emenda ao Projeto de Constituição

Emenda Substitutiva

Substitua-se o Art. 298 pela seguinte redação:

Os gastos com o pagamento dos servidores da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas pelo poder público em nenhuma hipótese poderá ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do Orçamento da União, dos Estados e Municípios.

§ 1o. A inobservância do disposto neste artigo implicará na declaração de impedimento do Presidente da República, do Governador do estado ou do Prefeito Municipal, conforme o caso, na forma em que dispuser lei ordinária.

§ 2o. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos servidores do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Justificativa:

Diariamente surgem notícias no sentido de que, em muitos Estados e Municípios, a respectiva folha de pagamento dos servidores públicos é muito superior à arrecadação, o que contribui decisivamente para o crescimento do déficit público.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar.

EMENDA:03762 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO ALVES (PFL/BA)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 298, Parágrafo Único

Suprima-se o parágrafo único do art. 298.

Justificativa:

O dispositivo em questão além de representar norma própria de legislação ordinária pois é meramente conceitual, está redigido de forma ininteligível e inaplicável.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui para o aperfeiçoamento do Projeto, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Pela aprovação.

EMENDA:05171 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO CALMON (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Modificativa:

Dispositivo Emendado: Art. 292

Dê-se a seguinte redação ao item I do art.

292 do Anteprojeto da Comissão de Sistematização:

"Art. 292 - É vedado:

I - vincular receita de natureza tributária a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

.....

Justificativa:

O art. 297, item I, ao fixar o princípio da não vinculação da receita tributária, ressaltando apenas a repartição do produto da arrecadação dos impostos mencionados no Capítulo do Sistema Tributário Nacional, contraria outras vinculações não menos importantes aprovadas nas Comissões temáticas pertinentes, como as previstas nos artigos 384 e 392.

A vinculação estabelecida no artigo 384, seguindo uma tradição constitucional e a unanimidade das aspirações nacionais referentes à prioridade da Educação, objetiva conjugar as ações de todas as esferas de Governo destinadas a manter e desenvolver o setor educacional. Para entendimento dessa finalidade, o referido dispositivo estabelece que a União terá de aplicar nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita proveniente de impostos, inclusive a decorrente de transferências.

A manutenção e o desenvolvimento do Ensino, em todos os graus, foram e continuam sendo atividades de prioridade indiscutível no País. E para que elas não sejam relegadas a segundo plano, é necessário que se estabeleça, a nível constitucional, como sempre ocorreu, uma fonte certa e permanente de recursos que assegurem à Educação as aplicações e investimentos indispensáveis e compatíveis com a sua condição de setor fundamental para o desenvolvimento econômico-social do Brasil.

Assim, a emenda proposta, ao ressaltar todos os casos de vinculação estabelecidos no Anteprojeto, supera a contradição criada pelo artigo 297 e, conseqüentemente, elimina conflitos entre dispositivos que, como o artigo 384, contemplam setores, os quais, por sua relevância social, merecem tratamento especial.

Parecer:

Procura a emenda ressaltar situações em que poderiam ser vinculadas receitas de natureza tributária. Tal dispositivo contraria o entendimento da maioria dos Constituintes e a orientação geral do projeto. Entendemos válida apenas algum tipo de vinculação para a educação, para o que o substitutivo apresentará solução específica. Pela rejeição.

EMENDA:05525 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA AO ARTIGO 298 DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO PROPOSTO PELA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO.

EMENDA: Altera a redação do Caput do Artigo 298.

"Art. 298 - A despesa com o pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes."

Justificativa:

Suprimiu-se, a parte final do artigo, na remissão que faria ao Art. 465, uma vez que não é de boa técnica legislativa subordinar a norma principal a uma disposição temporária incluída, como é o caso do citado artigo, no título X, das Disposições Transitórias.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Por isto consideramos prejudicada a emenda em questão.

EMENDA:06435 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Emenda Substitutiva

Substitua-se o Art. 298 pela seguinte redação:

Os gastos com o pagamento dos servidores da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas pelo poder público em nenhuma hipótese poderá ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do Orçamento da União, dos Estados e Municípios.

§ 1o. A inobservância do disposto neste artigo implicará na declaração de impedimento do Presidente da República, do Governador do Estado ou do Prefeito Municipal, conforme o caso, na forma em que dispuser lei ordinária.

§ 2o. O disposto neste artigo aplica-se no que couber, aos servidores do Poder legislativo e do Poder Judiciário.

Justificativa:

Diariamente surgem notícias no sentido de que, em muitos Estados e Municípios, a respectiva folha de pagamento dos servidores públicos é muito superior à arrecadação, o que contribui decisivamente para o crescimento do déficit público.

Parecer:

Pela rejeição, por não se ajustar ao entendimento predominante na Comissão de Sistematização.

EMENDA:08134 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVAN BONATO (PFL/SC)

Texto:

Nos termos do Art. 14, § 2o., do Regulamento Interno da Assembleia Nacional Constituinte,

inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Título IV, Capítulo VIII, Seção II

"Art. - As despesas com pessoal das Administrações direta e indireta dos Estados e Municípios não poderão ultrapassar 60% (sessenta por cento) e 40% (quarenta por cento), respectivamente, de sua receita própria.

Parágrafo único - Quando a despesas de pessoal atingir o limite fixado neste artigo, enquanto permanecer o excesso, fica vedado aos Estados e Municípios contratar ou admitir qualquer servidor público ou conceder vantagens financeiras, ressalvado o reajuste destinado a compensar a desvalorização da moeda."

Justificativa:

O maior fator de desestabilização da moeda em nosso País é, sem dúvida, o gasto público acima da receita, gerando "déficits" constantes, cujo financiamento tem sido coberto por operações de crédito ou pela omissão monetária. Nos dois casos, os efeitos sobre a economia são desastrosos. Os trabalhadores em geral são os mais atingidos pela inflação. Não é justo que uma classe de trabalhadores (os agentes públicos) seja privilegiada, causando prejuízos às demais.

Também de nada adianta conferir-se novas fontes de receita aos Estados e Municípios se não for contida a pressão exercida pelas folhas de pessoal ao nível dos respectivos gastos.

É imperioso, portanto, que o novo texto Constitucional estabeleça, de maneira insofismável, regramento suscetível de colocar termo final nesta questão, inviabilizando a realização de despesa que exceda o limite do racional.

Parecer:

Embora bastante oportuna, a presente emenda versa sobre matéria pertinente ao âmbito da legislação ordinária.

EMENDA:09340 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB/MG)

Texto:

Emenda modificativa

[...]

Art. 298 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a 65% do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 465.

§ único - para os efeitos do que dispõe "caput" deste artigo agregam-se as receitas correntes deduzidas das transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que recebam recursos orçamentários.

Art. 299 - É vedado a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração de pessoa do serviço público.

Justificativa:

Emenda sem justificção.

Parecer:

A Emenda em questão propõe alterações no título VIII, seções I e II, do Projeto de Constituição da

Comissão de Sistematização.

Quanto a seção I, a Emenda objetiva suprimir as referências ao Banco Central, a quem o Projeto atribui na qualidade de Autoridade monetária, poder para exercer, com exclusividade, a competência da União para emitir moeda; vedar à autoridade monetária a possibilidade de negociar diretamente com o Tesouro Nacional títulos por este emitidos; instituir o requisito de lastro físico como garantia das emissões de papel moeda; e estatizar o sistema financeiro.

A este respeito, não obstante os elevados propósitos que inspiraram o Nobre Parlamentar, a matéria consubstanciada na Emenda conflita com a sistemática geral adotada pelo projeto e com os pontos de vista expressos pela maioria dos Constituintes que a examinaram, em fases anteriores da sua elaboração.

Em relação à "Seção II - dos Orçamentos", o ilustre Constituinte propõe alterações, sendo que algumas são relativas à forma como os orçamentos serão apresentados, mas que, na essência, estão atendidos na nossa proposição; outras que, no nosso entender, deverão ser objeto de legislação complementar ou mesmo ordinária; apresentando ainda dispositivos que já estão no Projeto apresentado pela Comissão de Sistematização, apenas com diferente ordenamento e distribuição por artigos, parágrafos e itens, e que, inclusive, estamos mantendo na atual proposta.

Entendemos assim que, em parte, sua Emenda está sendo aproveitada e, neste sentido, a consideramos aprovada parcialmente.

EMENDA:09604 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SANTINHO FURTADO (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se nova redação ao Parágrafo único do art. 298 do Projeto de Constituição:

"Art. 298

Parágrafo único. Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas as transferidas intragovernamentais, bem como o dispêndio com o pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal".

Justificativa:

Não está claro o disposto no parágrafo único, do art. 296 do Projeto de Constituição, dificultando a interpretação e consequente aplicação. Pela redação deve deduzir das "transferências intragovernamentais", quando o correto seria deduzir "as transferências intragovernamentais".

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Por isto consideramos a emenda prejudicada.

EMENDA:10103 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VICTOR FONTANA (PFL/SC)

Texto:

Emenda aditiva-modificativa

Dê-se ao art. 298, a seguinte redação:

"Art. 298 - A despesa com pessoal, ativo e

inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento, das respectivas Receitas Tributárias.

§ 1o.- No cálculo do dispêndio com pessoal se inclui o das autarquias e fundações que recebam recursos do orçamento fiscal.

§ 2o. - A desobediência ao disposto neste artigo importa em crime de responsabilidade.

Justificativa:

A redação do artigo refere a “Receitas Correntes” e no parágrafo, em confusa redação, “agregam-se” as receitas “deduzidas das transferências intragovernamentais”. Parece-nos mais claro que o teto seja fixado em relação a Receita Tributária, sem considerar as Transferências Intergovernamentais. No § 1º se prevê a inclusão, na despesa de pessoal, dos gastos das autarquias e fundações, cobertos pelo orçamento fiscal.

No § 2º se estabelece a sanção necessária para garantir a eficácia da norma.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Por isto consideramos prejudicada a emenda.

EMENDA:11895 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda Supressiva:

Suprimam-se da Seção dos Orçamentos os artigos 296, 297, 298 e 299 por conterem matéria estranha à Lei Orçamentária. Em consequência, estas disposições devem ser deslocadas para a Seção II, do Capítulo VIII, do Título IV, que trata dos Servidores Públicos Civis, se assim o entender o eminente relator.

Justificativa:

Como já ficou anteriormente, as disposições suprimidas nesta seção devem ser deslocadas para o Capítulo próprio que é o dos Servidores Públicos, se, desta maneira, entender o relator.

Parecer:

Trata-se de Emenda supressiva dos arts. 296, 297, 298 e 299 do Projeto, que conteriam matéria estranha à Lei Orçamentária, podendo, se fosse o caso, ser deslocados para a Seção que trata dos Servidores Públicos Civis.

Como se pode observar, o Substitutivo ora apresentado pelo Relator levou em consideração as ponderações do ilustre Constituinte.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:12100 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MACARINI (PMDB/SC)

Texto:

Altera o Caput do

Art. 298:

Art. - As despesas com pessoal, ativo e inativo, da União não poderá exceder a 50% e a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a 30% do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no artigo 465.

Justificativa:

A presente emenda objetiva, a rigor, que parte do dinheiro do povo retorne em investimento de infraestrutura.

A manutenção dos percentuais consignados no Projeto seria o reconhecimento constitucional do eterno déficit público pois a manutenção da máquina burocrática, a reposição e conservação dos bens de consumo completariam os 35% restantes que o projeto destina além da despesa com o pessoal.

É uma medida corajosa, mas que precisa ser adotada para recuperar o prestígio da administração pública.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Por isto entendemos prejudicada a emenda em questão.

EMENDA:12987 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MILTON LIMA (PMDB/MG)

Texto:

Emenda modificativa.

Dê-se ao Capítulo II do Título VII a seguinte redação:

Capítulo II

Das Finanças Públicas

Seção I

Normas Gerais

[...]

Art. 302. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a 65% do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 465.

Parágrafo único. Para os efeitos do que dispõe o "caput" deste artigo agregam-se as receitas correntes deduzidas das transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que recebam recursos orçamentários.

Art. 303. É vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Justificativa:

Visa-se reestruturar o capítulo das Finanças Públicas (Cap. II) do título da Tributação e do Orçamento (Tit. VII). Tal capítulo é constituído de suas sessões: uma trata de normas gerais e a outra, dos orçamentos.

Nossa proposta de emenda incorpora integralmente vários dispositivos do Projeto da Comissão de Sistematização (Arts. 282, 285, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 298, 299 e o § 3º do art. 289); altera a redação de outros com o fito de conferir-lhes maior clareza e objetividade (Arts. 283, 286, 287, 288 e 289); suprime os arts. 284, 293 e 297 e ainda acrescenta novo artigo.

Os objetivos principais da presente proposição serão abaixo comentados em referência aos artigos que lhes são expressão:

Art. 284 (da emenda)

Este dispositivo objetiva criar sistema monetário que dificulta o processo inflacionário, seja inibindo os bancos comerciais de criar moeda além de determinados limites, seja impedindo que o próprio Banco Central, através de um Presidente mais expansionista, avance o sinal na criação de moeda.

Aliás, a tendência constitucional vem sendo de atribuir maiores poderes e independência ao Presidente do Banco Central o que torna conveniente estabelecer os limites de seu poder de criar moeda.

Art. 286 (da emenda)

No texto do Projeto da Comissão permanece a caracterização do orçamento, através das conceituações esparsas, prontas a gerarem confusão, tornarem-se letras-mortas ou revogáveis na primeira onda da vocação inflacionária do país. Melhor seria que de início se caracterizasse como é o orçamento moderno do Brasil e o que se deseja que o Executivo submeta ao Legislativo. Parece que este artigo consegue esta transparência ao obrigar a apresentação em forma de fontes e usos não só das despesas de custeio do governo, mas daquilo que pretende de forma tímida e pouco mensurável o § 2º do art. 267 do Projeto.

E ainda, o grande problema criado nos dois últimos decênios pelo orçamento monetário que abriga as despesas financeiras da dívida pública, inclusive correção monetária, não teria encontrado no texto do projeto da Comissão algo que explicitamente leve à sua transparência junto ao Congresso.

As dificuldades de previsão de uma despesa de juros e correção monetária não deve ser argumento para a emissão do Executivo. Mais vale prever errado que gastar desenvolvimento porque não foi possível a previsão.

A colocação inequívoca no orçamento dos gastos em investimentos do exercício, além de sua colocação no cronograma do plano plurianual facilitará a visibilidade e transparência do orçamento do exercício financeiro.

O problema dos investimentos das empresas estatais, objeto de tanta celeuma e dificuldades de enquadramento, pode ser qualificado dentro da regulamentação sugerida. Quando a União atende a um pedido de recursos feito por um estatal ela está aumentando o seu capital nessa empresa estatal, o que a União incluirá na sua previsão orçamentária para o exercício seguinte. A obrigatoriedade de a União apresentar ao Congresso o plano plurianual de investimentos obriga também a ela as estatais o façam.

No lado das fontes no orçamento, o item financiamentos pretendidos cobre toda a gama de recursos a que a União deve recorrer para cobertura dos déficits: emissão de títulos da dívida pública, empréstimos externos e internos, tudo sob o crivo do Congresso.

Art. 287 (da emenda)

Este dispositivo fundamental na lei orçamentária pode aparecer mais categórico e enxuto na forma sugerida do que no § 3º do art. 289 do Projeto, em que a redação mostrou-se repetitiva e redundante.

Art. 288 (da emenda)

O problema do desenvolvimento, da justiça social e das desigualdades já está bastante adjetivando e substantivado nos demais capítulos: princípios fundamentais da ordem econômica, da ordem social, ficando fastidioso e postiço nesse capítulo do orçamento.

Além disso, dispor que lei complementar regulará o conteúdo, apresentação, etc. do plano plurianual é dispor sobre o óbvio, uma vez que o Executivo deverá apresentá-lo da melhor forma possível ao Congresso, por obrigação de seus técnicos. É muito detalhamento para uma constituição e mesmo para lei complementar. A apresentação na presente forma é mais enxuta e objetiva.

Art. 289 (da emenda)

Uma vez que o art. 286 da emenda define que o orçamento será uno e indivisível é inconveniente manter a expressão orçamento fiscal. Ao dizer que a lei orçamentária anual obedecerá a discriminação do art. 286 da emenda se lhe obriga à transparência contábil necessária.

Por outro lado, o item II do art. 287 do Projeto, juntamente com os demais itens do artigo levariam a um custoso tríptico controle feito pelas próprias estatais, pelo Executivo e pelo Legislativo, precisando-se de suas SEPLANS, uma para o Congresso e outra para o Executivo.

Na forma sugerida para a estruturação do capítulo:

1º) se os recursos de investimentos programados pelas estatais têm origem no aumento de capital por parte da União, automaticamente a previsão estará discriminada no orçamento em “aumentos de capital das empresas estatais”;

2º) se a fonte dos recursos para inversões das estatais for o financiamento de terceiros elas se verão obrigadas a disto prestar contas através do cumprimento do que determina o art. 290 da emenda.

Art. 290 (da emenda)

A independência que os estatutos das sociedades anônimas podem outorgar à diretoria das estatais induz exagerada desenvoltura inversionista, endividando-se em altos níveis sem nenhum controle, obrigando depois a União a socorrê-las. É verdade, mas é verdade também que o Ministério da Fazenda, à busca de divisas no exterior obrigou as estatais, aproveitando-se de sua autonomia administrativa e cadastro, a tomarem empréstimos no exterior para evidente uso da União.

Para corrigir ambas as distorções, bastaria que os investimentos programados pelas estatais com recursos de terceiros fossem objeto de deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, fazendo, pois, apelo à decisão do governo, como acionista majoritário. O Executivo, por sua vez, aprovando os investimentos, os incluiria no orçamento anual ou no plurianual.

É um mecanismo muito mais simples e eficiente.

Art. 291 (da emenda)

A redação do art. 188 do Projeto é flagrantemente contraditória ao dispor que a lei orçamentária anual não conterà os limites para emissão de títulos da dívida pública. No texto ora apresentado com parte da emenda os limites para emissão de títulos da dívida pública ficariam controlados através das previsões orçamentárias de endividamento.

Art. 292 (da emenda)

É uma tradição encontrada nas constituições brasileiras e em quase todas as leis financeiras de outros países esta permissão de o Executivo utilizar créditos por antecipação da receita. De fato, os fluxos de entrada e saídas não sendo iguais, o Executivo deve contar com uma margem de encaixe operacional.

Todavia, a rigidez de obrigar o Executivo a zerar o empréstimo tomado por antecipação da receita no último dia do exercício financeiro é desnecessária, mesmo porque, na prática, isso não acontece, pois já no dia seguinte, isto é, no primeiro do exercício novo o Executivo poderá reutilizar sua linha de crédito.

Desta forma, é mais transparente a permissão de um crédito rotativo até o limite de 1/4 da receita prevista.

E essa adaptação favorece o Executivo quanto suas despesas, ultrapassando a receita prevista, ele poderá cumprir com tranquilidade administrativa o que determina o art. 294 da emenda.

Art. 294 (da emenda)

Parece-nos desnecessário dispor que independe de autorização legislativa a abertura de crédito suplementar para reforço de dotações orçamentárias desde que não seja excedido o percentual da variação entre a receita prevista e a receita realizada. Normalmente esta variação vai ser notada nos últimos meses do exercício. O Executivo já dispõe de uma linha de crédito correspondente à quarta parte da receita prevista o que lhe permite atender o disposto no art. 294 da emenda.

Do aspecto redacional não ficou claro o que o autor quis dizer por receitas decorrentes de operações de crédito. Ao pé-da-letra receitas decorrentes de operações de crédito seriam aquelas auferidas pelo Banco Central, digamos, se incluídas na receita da União.

Se o autor quis conceituar com receita de operações de crédito a entrada no fluxo de caixa do Tesouro dos empréstimos feitos, ela teria incorrido em séria confusão semântica.

Art. 295 (da emenda)

De fato, quando o Tesouro se vê obrigado a honrar uma garantia prestada seria um contrassenso que viesse a solicitar autorização do Congresso, ou que tivesse feito para tanto uma previsão orçamentária, a não ser que se estabelecesse contabilmente um percentual de previsão para garantias prestadas.

De qualquer forma é aconselhável que o Poder Executivo peça homologação para seus gastos ou empréstimos feitos para honrar garantias, através do que o orçamento recuperará sua transparência e harmonia contábil.

Art. 289 § 2º in fine (do projeto)

A preocupação quanto ao imprevisível orçamentário na política de sustentação dos preços mínimos parece decorrer de um defeito atual de apropriação contábil. Na verdade, a CFP, sendo na prática uma comerciante, ela teria que ter um capital para sustentar seu giro e nesse caso, a previsão seria feita através do orçamento no item das fontes, formação de capital. Mesmo porque o capital que usa é rotativo porque a CFP compra e vende. Suas perdas seriam colocadas no lado das despesas orçamentárias estimadas (subsídios).

Art. 293 (do Projeto)

Não se deve dispor que lei complementar especificará os limites para contratação de operações de crédito e emissão e resgate de títulos da dívida pública. Porque é aí que a sagacidade do Executivo vai procurar burlar o espírito da Constituição. Tem sido assim em toda a História do Brasil. A Lei complementar nº 12 que regula o art. 69 da atual Constituição é que derogou todo o capítulo do Orçamento e implantou o caos monetário dos últimos anos. A emissão de títulos e o endividamento devem ser examinados anualmente à luz do Orçamento.

Parecer:

A Emenda apresentada contém aspectos que representam efetiva contribuição para o aperfeiçoamento do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização e que deixarão ser incorporados ao mesmo Substitutivo.

A proposta contida no seu artigo 284, contudo conflita com a sistemática geral adotada na elaboração do Substitutivo.

Especificamente, em relação a Seção II do orçamento, o ilustre Constituinte apresenta, como artigo 286, sistemática de formalização do orçamento que foge ao espírito adotado a- dotado pela maioria dos Constituintes. Apresenta, ainda, dispositivo próprio da legislação intraconstitucional (artigos 290, 292, 294 e 295, por exemplo). Outros, todavia estão sendo incorporados à nossa proposição. Assim somos pela aprovação parcial da Emenda.

EMENDA:13139 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AIRTON SANDOVAL (PMDB/SP)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

TEXTO MODIFICATIVO: Art. 298 -

Parágrafo Único - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas as transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com o pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebem recursos do orçamento fiscal.

Substituir no Parágrafo Único do artigo 298 a palavra "das" para "as".

Justificativa:

Não está claro a disposição do parágrafo único, dificultando a interpretação e consequente aplicação. Pela redação deve-se deduzir "das transferências intragovernamentais", quando o correto seria deduzir "as transferências intragovernamentais".

Parecer:

Compartilhamos com a preocupação do nobre autor da Emenda, pela importância do assunto. Contudo entendemos que a matéria em questão deve ser objeto de norma em Lei Complementar. Assim consideramos prejudicada a emenda, inclusive porque o dispositivo em questão não deverá permanecer no substitutivo.

EMENDA:13779 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

Texto:

Dê-se ao art. 297 a seguinte redação:

"Art. 297 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da Administração Direta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I -

II -

Justificativa:

A proposta visa a compatibilizar o art. 297 com o art. 303 pelas seguintes razões.

A criação de cargos e fixação de salários por norma legal retira das empresas estatais toda a flexibilidade e eficácia que devem ter como reclama a sociedade brasileira, na realização de seus objetivos.

As empresas estatais devem ter como reclama a sociedade brasileira, na realização de seus objetivos.

As empresas estatais devem obediência à Legislação do Trabalho, conforme assegura o Art. 303, não se incluindo entre as normas trabalhistas, aplicáveis às empresas privadas, restrições à criação de cargos, salários e condições de trabalho, nem divulgação pública de dados referentes ao pessoal.

Parecer:

A proposta do eminente, consubstanciada na Emenda em apreço, integra, em essência, ainda que sob outra forma, o texto do Substitutivo.

Pela prejudicialidade.

EMENDA:13898 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BORGES DA SILVEIRA (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se o seguinte artigo à Seção II do Capítulo II do Título VII:

Art. - A União, os Estados e os Municípios não poderão gastar, com despesas de pessoal, quantias superiores a sessenta por cento do respectivo orçamento.

Justificativa:

É preciso fixar, a nível constitucional, um limite máximo para com os gastos pessoal. Somente assim poderemos ter verbas liberadas para investimentos. Não é admissível que muitos entes públicos gastem, praticamente, mais de 90% de seus orçamentos com despesas de pessoal.

Essa medida, outrossim, obrigará à racionalização no serviço público e evitará os empregos oportunistas, de cunho puramente nepótico.

Parecer:

Compartilhamos com a preocupação do nobre autor da Emenda, pela importância do assunto. Contudo entendemos que a matéria em questão deve ser objeto de norma em Lei Complementar.

EMENDA:14050 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOAQUIM FRANCISCO (PFL/PE)

Texto:

Emenda modificativa

Ementa - Dá nova redação ao art. 298 do Projeto de Constituição.

"Art. 298 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a cinquenta por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 465. Parágrafo único - para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas das transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias, fundações e empresas públicas instituídas e mantidas pelo poder público, que receber recursos do orçamentos fiscal.

Justificativa:

A sociedade brasileira tem através dos anos, convivido com o fenômeno perverso da inflação, tendo esta sua origem permanente nos elevados déficits públicos nas três esferas do governo. Por outro lado, a análise do desempenho das unidades de administração pública permite observar ganhos de desenvolvimento e benefícios reais para a população quando coexistente uma perfeita administração de pessoal, dentro de limites aceitáveis de dispêndios financeiros e de acordo com a necessidade do serviço.

Tem sido ainda, este um dos fatores impulsionadores do processo de estatização generalizado do país, incorrendo na sua diminuição de produtividade e na redução do crescimento do setor produtivo privado.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente Autor da Emenda, pela importância do assunto. Entretanto, entendemos que o assunto deva ser objeto de lei complementar, conforme redação no novo texto. Assim consideramos prejudicada a emenda, inclusive porque o dispositivo em questão será suprimido no substitutivo.

EMENDA:14207 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS VIRGÍLIO (PDS/CE)

Texto:

Emenda Supressiva dos artigos 296, 297 e 298

Suprimam-se os referidos artigos

Justificativa:

A matéria não é de hierarquia constitucional, podendo no nosso entender gerar efeitos contrários aos desejados pelos proponentes da mesma e servir de alegação ao não cumprimento de metas e objetivos pela indisponibilidade de recursos humanos de forma oportuna, ainda que sempre autorizados por quem de direito.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a supressão dos artigos 296 e 298 contribui efetivamente para o aperfeiçoamento do projeto, vez que trata-se de matéria infraconstitucional. Quanto ao dispositivo no art. 297, entendemos constituir matéria de inegável relevância para a administração pública, pelo que pretendemos mantê-lo no substitutivo.

EMENDA:15653 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

Texto:

Substitua-se o art. 298 pelo seguinte:

Art. 298 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios não poderão exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas corrente, respeitando o disposto no art. 465.

Justificativa:

Acrescente-se o termo "território" à norma constante do Projeto Constitucional para que fique bem claro que também essas mudanças federadas se subordinam ao texto.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente Autor da Emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em lei complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo, da União dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Portanto consideramos prejudicada a Emenda em questão.

EMENDA:16133 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

Emenda substitutiva.

Dispositivo emendado: art. 298.

Substitua-se, no art. 298, a expressão

"sessenta e cinco por cento" por "cinquenta por cento".

Justificativa:

O limite estabelecido na redação do Projeto é excessivo, principalmente se considerarmos que outros dispositivos vinculam a aplicação de elevadas quantias orçamentárias, pouco reservado para a iniciativa dos Administradores Públicos no sentido de lhes permitir aplicações em investimentos de interesse coletivo.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Por isto consideramos prejudicada a emenda em questão.

EMENDA:16649 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

Texto:

Emenda Modificativa

Texto Modificado: Art. 298 -

Parágrafo Único - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas as transferidas intragovernamentais, bem como o dispêndio com o pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.

Substituir no Parágrafo Único do artigo 298 a palavra "das" para "as".

Justificativa:

Não está claro a disposição do parágrafo único, dificultando a interpretação e consequente aplicação. Pela redação deve-se deduzir "das transferências intragovernamentais", quando o correto seria deduzir "as transferências intragovernamentais".

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Por isto consideramos prejudicada a presente emenda.

EMENDA:16709 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Modificativa.

Texto Modificado: Art. 298 -

Parágrafo único - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas as transferidas intragovernamentais, bem como o dispêndio com o pessoal de autarquia e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebem recursos do orçamento fiscal.

Substituir no Parágrafo Único do artigo 298 a palavra "das" para "as".

Justificativa:

Não está claro a disposição do parágrafo único, dificultando a interpretação e consequente aplicação. Pela redação deve-se deduzir "das transferências intragovernamentais", quando o correto seria deduzir "as transferências intragovernamentais".

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria seja objeto de deliberação em Lei Complementar. Assim, no novo Projeto propusemos que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Por isto consideramos a emenda prejudicada.

EMENDA:17677 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

Texto:

Suprima-se do Projeto de Constituição os artigos 298 e 465.

Justificativa:

Patrocinada pela Federação dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Federação das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Clube dos Subsequentes e Sargentos da P.M. de São Paulo e Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, foi apresentada, no gabinete do Presidente Ulysses Guimarães, proposta de emenda popular.

Embora seja provável que os requisitos tenham sido preenchidos, não houve tempo para a conferência prévia. Na eventualidade de que 30.000 assinaturas não tenham sido atingidas – o que esperamos e desejamos que não ocorra – estamos encampando a emenda popular, no seu inteiro teor, para que esse imenso trabalho não fique perdido e para que seja possível que o louvável esforço dos dirigentes e dos trabalhadores públicos do Estado de São Paulo seja levado ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Reproduzimos abaixo a justificação apresentada.

“Impõe-se a supressão dos dispositivos transcritos por dois motivos fundamentais. O primeiro deles é que não se trata da matéria de natureza constitucional. A disciplina pretendida, depois de exaustivos debates, poderia ser agasalhada, quando muito, em legislação ordinária de cada unidade da Federação. Ademais, um dos objetivos embutidos na norma, como se pode perceber – o de redução do quadro de pessoal – não será jamais atingido por que não previsto expressamente no texto. Nem deveria ser, já que não se pode determinar uma redução arbitrária no quadro de pessoal, em todo o Brasil, sem a existência de estudos sérios e particularizados. Portanto, sob os aspectos jurídico e técnico, a norma é uma temeridade é só por isso deveria ser suprimida.

Mas existe um segundo motivo, igualmente relevante, para a supressão dos dois artigos. Se é verdade que a norma não produzirá redução da quantidade de pessoal existente no serviço público, terá, todavia, efeito direto nos vencimentos e salários dos servidores. Em verdade, corresponde a um terrível congelamento salarial, já que todos os Estados têm divulgado índices superiores a 65% de suas receitas para pagamento do pessoal. Em uma fase em que se pretende devolver aos assalariados um ganho real, por via do reajuste do salário-mínimo, esses dispositivos representam o MAIOR ARROCHO SALARIAL jamais aplicado aos servidores públicos, já que se pretende por cinco anos. E é bom lembrarmos que o trabalho escravo já foi abolido do país há muitos anos! A moralização do Poder Público não pode ser obtida pela solução simplista do CONGELAMENTO PLURIANUAL DE SALÁRIOS.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do Eminentíssimo Autor da Emenda, pela importância do assunto. Assim, entendemos que a matéria deva ser objeto de norma contida em lei complementar, conforme proposto no novo texto.
Pela rejeição.

EMENDA:17861 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Dê-se ao caput do Artigo 298 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 298 A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 465."

Justificativa:

Generalizadamente Estados e Municípios estão dispendendo na remuneração de pessoal muito acima do que a arrecadação. A adoção de um limite de sessenta por cento desestimulará

administradores desavisados à prática de empreguismo desenfreado, acabando com o clientelismo político.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da Emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria deva ser objeto de Lei Complementar, vez que a Constituição deverá estabelecer princípios e não critérios de alocação dos recursos. Assim, consideramos prejudicada a emenda.

EMENDA:17879 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Dê-se ao caput do Artigo 298 do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 298 A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 465."

Justificativa:

Generalizadamente Estados e Municípios estão dispendendo na remuneração de pessoal muito acima do que a arrecadação. A adoção de um limite de sessenta por cento desestimulará administradores desavisados à prática de empreguismo desenfreado, acabando com clientelismo político.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da Emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria deva ser objeto de Lei Complementar, vez que a Constituição deverá estabelecer princípios e não critérios de alocação dos recursos.

EMENDA:18232 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

Texto:

Emenda Modificativa

Texto Modificado: Art. 298.

Parágrafo único. Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas as transferidas intragovernamentais, bem como o dispêndio com o pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.

Substituir no Parágrafo único do art. 298 a palavra "das" para "as".

Justificativa:

Não está claro a disposição do parágrafo único, dificultando a interpretação e consequente aplicação. Pela redação deve-se deduzir "das transferências intragovernamentais", quando o correto seria deduzir "as transferências intragovernamentais".

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da Emenda, pela importância do assunto.

Entendemos, contudo, que a matéria deva ser objeto de Lei Complementar, vez que a Constituição deverá estabelecer princípios e não critérios de alocação dos recursos. Assim consideramos a emenda inclusive porque o dispositivo em questão não deverá permanecer no substitutivo.

EMENDA:18692 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o disposto no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, inverte-se a ordem dos Capítulos do Título VII, dando-se ao Capítulo I a redação que se segue e renumerando-se os artigos do Capítulo II.

TÍTULO VII

DAS FINANÇAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

[...]

DOS ORÇAMENTOS

[...]

Art. 151 - A despesa com o pessoal, ativo ou inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

Parágrafo único - Para os efeitos de que trata este artigo, serão computadas as receitas correntes, deduzidas das transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.

[...]

Justificativa:

A redação ora proposta de dispositivos correlatos, contempla os aspectos de mérito do tema as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados.

Parecer:

A Emenda apresentada pelos Nobres Constituintes contém aspectos que representam efetiva contribuição para o aperfeiçoamento do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização e que deverão ser incorporados aos nossos substitutivos.

A supressão do disposto no artigo 285 do Projeto, contudo parece-nos conflitar com os pontos de vista expressos pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria em fases anteriores.

Especificamente no tocante à "Seção II dos Orçamentos", em que pese a efetiva colaboração de uns autores para o aprimoramento do Projeto, não podemos aprová-la por completo.

Entendemos que a sistemática apresentada, entendida como orçamento bianual, não se coaduna com o entendimento da maioria dos Constituintes e poderá complicar o processo. Considerando, entretanto, que vários dos dispositivos apresentados estão sendo aproveitados, entendemos que a Emenda está parcialmente aprovada.

EMENDA:19223 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CLÁUDIO ÁVILA (PFL/SC)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 298

Dê-se ao Artigo 298 do projeto de constituição, a seguinte redação:

Art. 298 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados membros, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a cinquenta por cento do valor das respectivas receitas correntes, respeitado o disposto no art. 465.

Justificativa:

Assistimos hoje um comprometimento orçamentário altíssimo, apenas em despesas com pessoal, chega-se a isto pela falta de dispositivos constitucional capaz de coibir tal comprometimento. Sem dúvida, trata-se de medida austera, contudo estamos criando condições para o alcançamento do equilíbrio das despesas públicas.

Parecer:

Compartilhamos da preocupação do eminente autor da Emenda, pela importância do assunto. Entendemos, contudo, que a matéria deva ser objeto de Lei Complementar, vez que a Constituição deverá estabelecer princípios e não critérios de alocação dos recursos. Por isto, consideramos prejudicada a emenda.

EMENDA:19392 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: TÍTULO SÉTIMO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO.

DÊ-SE AO TÍTULO SÉTIMO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO A SEGUINTE REDAÇÃO:

"TÍTULO VII

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

[...]

CAPÍTULO II

DAS FINANÇAS PÚBLICAS

SEÇÃO I

NORMAS GERAIS

[...]

Art. 170. A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estado e dos Municípios não excederá a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

§ 1o. Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se às receitas correntes, deduzidas das transferências intragovernamentais,

bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal. § 2o. E vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza, para efeito de remuneração do pessoal do serviço público e lei complementar regulará o conteúdo, a apresentação, a vigência, a execução e o acompanhamento dos orçamentos da União."

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

A Emenda objetiva alterar a redação dos capítulos I e II do Título VII do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, objetivando torná-los mais concisos.

Propõe, ademais, a inclusão ou a substituição de alguns dispositivos.

Relativamente ao Capítulo I, a proposta contém aspectos que contribuem, efetivamente, para o aprimoramento do Projeto e que serão incorporados ao nosso Substitutivo posto que, coincidentemente com o Nobre Autor da Emenda, entendemos necessário excluir do Projeto os dispositivos de caráter infraconstitucional.

A proposta de atribuir aos Municípios competência para instituir taxa para eliminação ou controle de atividade poluente, contudo, parece-nos conflitante com a sistemática geral adotada na elaboração do Substitutivo. O mesmo se diga com referência à ampliação das hipóteses de instituição de empréstimos compulsórios e de imunidade à imprensa.

No que tange às modificações introduzidas no Capítulo II, por outro lado, entendemos que elas contrariam não apenas os princípios que norteiam a elaboração de nosso Substitutivo, quanto as opiniões expressas pela maioria dos Constituintes que examinaram a matéria nas fases preliminares. Em relação à seção "Dos Orçamentos" o ilustre parlamentar propõe pequenas alterações, mais de forma, ao texto do atual Projeto da Comissão de Sistematização. Considerando que inúmeras alterações estão sendo efetivadas e que, na forma que apresentaremos, alguns destes dispositivos permanecem, consideramos esta Emenda como parcialmente aprovada.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:19689 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOVANNI MASINI (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao parágrafo único do artigo 298 a seguinte redação:

Parágrafo único - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas as transferências intragovernamentais, bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.

Justificativa:

Trata-se de mera correção, pois o texto fala "deduzidas das transferências quando o certo é "deduzidas as transferências".

Parecer:

Compartilhamos com a preocupação do nobre autor da Emenda, pela importância do assunto. Contudo entendemos que a matéria em questão deve ser objeto de norma em Lei Complementar.

EMENDA:20271 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se a seguinte redação aos artigos 298 e seu parágrafo e 465, remunerando-se o atual artigo 297 para § 1o. do artigo 298 e suprimindo o atual 296.

Art. 298 A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1o. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver, previamente, dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Disposições Transitórias

Art. 465 Até que a lei complementar venha estipular o limite a que se refere o artigo 298, a União, os Estados e os Municípios deverão, no prazo de cinco anos, contados da data de promulgação da Constituição, atingir o limite de sessenta e cinco por cento do total das receitas correntes, reduzindo o percentual excedente à base de um quinto a cada ano.

Justificativa:

A nova redação dá maior flexibilidade ao texto contido no Projeto ou Constituição, definindo nas Disposições Transitórias um limite provisório, até que lei complementar venha estipular limite definitivo.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação, apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui para o aperfeiçoamento do Projeto, tornando-o mais completo, preciso e consistente. Entretanto, entendemos que o item II deve ser redigido da seguinte forma:

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:20272 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva

Inclua-se no art. 297 o seguinte parágrafo e,

em consequência, suprimam-se a letra c, do § 1o., do art. 144; a letra b, do inciso III, do art. 192 e § 3o. do art. 230;

"Art. 297

"Parágrafo único - As proposições dos órgãos dos demais Poderes serão encaminhadas por cada um deles ao Congresso Nacional, até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro, para se agregarem ao projeto de lei de diretrizes orçamentária e, de comum acordo entre os Três Poderes, serem autorizados a sua inclusão no orçamento anual".

Justificativa:

Em que pese o mérito dos dispositivos supramencionados de propor mecanismo para assegurar autonomia aos Poderes Judiciário e legislativo, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para reestruturação da carreira de seus funcionários há de se levar em consideração a impossibilidade de que cada um deles venham a tomar decisões individualmente, sem visão global dos reflexos que possam ocasionar sobre o orçamento, inviabilizando programas previstos no plano plurianual. Por outro lado, a decisão unilateral de reestruturação de cargos que qualquer dos Poderes geram pressões sobre outros Poderes para readequação das carreiras correlatas, podendo representar consequências além das possibilidades orçamentárias.

Ademais, há de se atentar para a necessidade de obediência ao preceito constitucional de paridade entre todos os Poderes da União. Nada melhor que o momento da definição das diretrizes orçamentárias, quando serão, também, encaminhadas as propostas do Poder Executivo para adequada avaliação da obediência a este preceito constitucional.

Parecer:

Pela aprovação, considerando que o autor da Emenda é o responsável pela elaboração do Capítulo no Substitutivo do Relator.

EMENDA:20449 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: art. 298

Dê-se nova redação ao art. 298 do Projeto de Constituição:

"Art. 298 - A despesa de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios não poderá exceder 60% das respectivas receitas correntes. Sempre que o valor acumulado da despesa de pessoal, em qualquer mês do exercício, for superior a 60% da receita corrente acumulada, serão procedidas reduções nas remunerações individuais, a qualquer título, de todos os funcionários, ou cortes nos contingentes, na proporção necessária para preservar aquele limite.

Justificativa:

É necessário preservar a capacidade de investimento do Estado. Parece fora de dúvida que 60% das receitas correntes devem ser suficientes para os gastos com pessoal, especialmente considerando-se o esforço, das receitas de Estados e Municípios, onde se têm localizado os maiores problemas com o volume desses gastos.

Parecer:

Compartilhamos com a preocupação do nobre autor da Emenda, pela importância do assunto. Contudo entendemos que a matéria em questão deve ser objeto de norma em lei complementar.

EMENDA:20531 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda substitutiva ao Capítulo II do Título VII

Das Finanças Públicas

Substitua-se o texto constante do Capítulo II

do Título VII do Projeto de Constituição do

Relator Constituinte Bernardo Cabral, pela

seguinte redação:

Título VII

Capítulo II

Das Finanças Públicas

Seção I

Normas Gerais

[...]

Art. 126 - Lei complementar regulará o conteúdo, a apresentação, a vigência, a execução e o acompanhamento dos orçamentos da União.

§ 1o.- O numerário correspondente às dotações destinadas à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Tribunal de Contas da União será entregue em quotas, até o décimo quinto dia de cada trimestre, representando a quarta parte da respectiva despesa total fixada no orçamento fiscal de cada ano, inclusive créditos suplementares e especiais.

§ 2o. - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades de Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público só poderá ser feita:

I - Se houver, previamente, dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dele decorrentes; e

II - Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3o. - A despesa com pessoal, ativo e inativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações por eles mantidos, não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes".

Justificativa:

Ninguém mais consciente que o Relator da Constituição sobre os problemas do Anteprojeto apresentado. Diz ele no preâmbulo de seu projeto de Constituição:

"Tal como a grande maioria dos Senhores Constituintes, também detectei, no Anteprojeto, a par de virtudes e inovações elogiáveis, inconsistências, superfetações, desvios, e, acima de tudo, a ausência de um fio condutor filosófico. "

Neste trabalho, respeitamos as qualidades inovadoras trazidas pela forma espontânea e democrática como surgiram os dispositivos contidos no Projeto. Tal como um diamante em bruto, para que elas se revelassem em toda a sua força, o texto precisava ser lapidado, retirando-se lhe a massa informe das minúcias casuísticas, e, muitas vezes, as imperfeições surgidas pela fusão às vezes emotiva de matéria prima ideológica.

No contexto da emenda que apresentamos quase nada acrescentamos ao já existente procuramos apenas desbastar a pedra opaca para descobrir-lhe o brilho.

A presente emenda atende a ponderações sinceras do Senhor Relator. Dá ao texto da Constituição uma nova consistência: na redação, busca uma maior síntese, relegando as normas programáticas e reguladoras às leis complementares ou ordinárias; no mérito, procura o fio filosófico nas raízes tradicionais da nossa Sociedade – a liberdade da pessoa, a democracia, a representação do povo pela tripartição dos poderes, e uma Ordem Econômica onde o Social e o Econômico se harmonizam para a construção de um grande país.

Acreditamos que na vigência desta Nova Constituição, da integração entre o Trabalho e o Capital surgirá um renovado surto de progresso e veremos a população brasileira, progressivamente, ascender a níveis de vida mais elevados.

Parecer:

A Emenda objetiva substituir as seções I e II do capítulo II de título VII do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização pela redação que propõe.

Relativamente às disposições sobre finanças Públicas constantes da seção I referida, propõe o nobre Parlamentar incluir normas atinentes à atuação do Banco Central (§ 1o. e 2o., art. 283), e suprimir o artigo 285.

As inclusões propostas versam sobre matéria de caráter nitidamente administrativo, que estaria melhor disciplinada em norma de caráter infraconstitucional.

A supressão do artigo 283, por seu lado, contraria a opinião da maioria dos Constituintes que examinaram a matéria em fases anteriores.

Em relação à sessão "DOS ORÇAMENTOS" vale salientar que o ilustre Constituinte propõe algumas alterações ao texto do Projeto mantendo com a redação original a maioria de seus dispositivos. Considerando que as alterações sugeridas não se coadunam com a orientação geral do projeto e considerando que, dos dispositivos não alterados, várias normas estão sendo aproveitadas no substitutivo, somos pela aprovação parcial da emenda.

EMENDA:20608 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VASCO ALVES (PMDB/ES)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

TEXTO MODIFICADO:

Art. 298 -

Parágrafo único - Para os efeitos de que trata o "caput" deste artigo, agregam-se as receitas correntes, deduzidas as transferidas intragovernamentais, bem como o dispêndio com o pessoal de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, que recebam recursos do orçamento fiscal.

Substituir no parágrafo único do artigo 298 a palavra "das" para "as".

Justificativa:

Não está claro a disposição do parágrafo único, dificultando a interpretação e consequente aplicação. Pela redação deve-se deduzir "das transferências intragovernamentais", quando o correto seria deduzir "as transferências intragovernamentais".

Parecer:

Compartilhamos com a preocupação do nobre autor da Emenda, pela importância do assunto. Contudo entendemos que a matéria em questão deve ser objeto de norma em lei complementar.

FASE O

EMENDA:21379 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO JOHNSON (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao art. 224 do Projeto de Constituição, a seguinte redação, passando seu § 1o. a § 2o.:

Art. 224 - As despesas com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

§ 1o. - A adaptação das despesas com pessoal ao limite estabelecido neste artigo, para as entidades que o excedam, deverá processar-se, no prazo de cinco anos, reduzindo o percentual à base de um quinto a cada ano.

Justificativa:

O governo de São Paulo paga de Cz\$ 300 mil a Cz\$ 400 mil mensais de salários a cerca de 500 funcionários públicos. Alguns recebem mais de Cz\$ 700.000,00 mensais.

O Estado de Alagoas, com 25 mil quilômetros quadrados de território (só o de Sergipe é menor) e cerca de 2,2 milhões de habitantes é recordista em índice de analfabetismo (58%), em taxa de mortalidade infantil e de mortos por desnutrição. Contraditoriamente sustenta os “marajás” com seus supersalários que ultrapassam os Cz\$ 400 mil, graças a artifícios legislativos (inconstitucionais) criados.

O governador de Pernambuco diz que poderia governar apenas com 30% do funcionalismo que possui. O de Minas afirma que 50 mil ganham para não fazer nada. O do Ceará demitiu e anulou 30 mil cargos de acumulação de função.

São casos assim que demonstram como as administrações estaduais, no País, estão doentes e as máquinas administrativas trabalham em grande parte para arrecadar e se pagar a si próprias.

No plano federal, a folha mensal dos servidores é de 6,9 bilhões de cruzados.

O empreguismo é uma velha vocação brasileira e muita coisa ainda está por vir à tona.

Nossa emenda intenta, pois, limitar os gastos com pessoal em 70% da receita tributária (e não do total do orçamento) da União, Distrito Federal e Municípios.

À proposta de se limitar o comprometimento de recursos públicos com despesas de custeio, na execução orçamentária dos três níveis de Governo, deve-se adicionar critério determinador da dimensão temporal para adaptação a esse dispositivo constitucional.

É lamentável que o atual Projeto de Constituição tenha remetido à lei complementar, tão importante preceito.

Parecer:

A Emenda do nobre Constituinte estabelece limites de gastos com pessoal pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Compartilhamos da preocupação do eminente Constituinte, entretanto entendemos que a matéria deve ser tratada em lei complementar.

Pela rejeição.

EMENDA:21971 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado - artigo 224

O artigo 224 passa a ter a seguinte redação:

Art. 224 - A União, os Estados, o Distrito

Federal e os Municípios não poderão despesar, com custeio de pessoal, mais de 70% da respectiva receita líquida efetivamente realizada.

Justificativa:

É imperativo estabelecer o limite de 70% aos gastos da máquina administrativa, como forma de combater o preguismo e promover o custeio dos serviços e os investimentos.

Parecer:

A Emenda do nobre Constituinte estabelece limites de gastos com pessoal pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Compartilhamos da preocupação do eminente Constituinte, entretanto entendemos que a matéria deve ser tratada em lei complementar.

Pela rejeição.

EMENDA:22390 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

Texto:

EMENDA ADITIVA AO ARTIGO 224

Inclua-se no artigo 224 do Substitutivo do Relator, um parágrafo com a seguinte redação:

"§ - As despesas somadas da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios, do Distrito Federal, dos seus órgãos da administração indireta, das entidades e empresas sob controle estatal, não poderá ultrapassar a 50% da renda nacional em cada exercício, sob pena de crime de responsabilidade dos seus administradores e dirigentes".

Justificativa:

O objetivo da emenda é o de estabelecer, através de dispositivo específico, a quota máxima de participação do setor público na renda nacional, que se entende razoável fixar no limite de 50%, em cada exercício. A ideia, em termos de experiência Constitucional, é absolutamente inovadora, não encontrando paralelo em qualquer Carta Política no plano do direito comparado. A sugestão, todavia, foi extraída de obra do Professor GIOVANNI BOGNLITI, incluída nos Trabalhos recentemente desenvolvidos na Itália, por diversos especialistas, com vistas a uma reforma da Constituição Italiana. Este seleto Grupo de Trabalho, cognominado "Grupo de Milão" publicou suas conclusões, dentre elas a sugestão do Professor BOGNETTI em obra intitulada "Verso una nuova Costituzione" (Giuffrè Editore 1983, Milão, 1º Volume, pág. 290).

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da

maioria dos Membros desta Comissão.
Pela rejeição.

EMENDA:23718 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BORGES DA SILVEIRA (PMDB/PR)

Texto:

Acrescente-se ao Capítulo VIII Seção I do Título IV Organização do Estado o seguinte artigo, onde couber:

Art. - A União, os Estados e os Municípios não poderão gastar, com despesas de pessoal, quantias superiores a sessenta por cento do respectivo orçamento.

Justificativa:

É preciso fixar, a nível constitucional, um limite máximo para com os gastos de pessoal. Somente assim poderemos ter verbas liberadas para investimentos. Não é admissível que muitos entes públicos gastem, praticamente, mais de 90% de seus orçamentos com despesas de pessoal. Essa medida, outrossim, obrigará à racionalização no serviço público e evitará os empregos oportunistas, de cunho puramente nepótico.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da maioria dos Membros desta Comissão.
Pela rejeição.

EMENDA:23835 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se da Seção dos Orçamentos o artigo 224, parágrafo e incisos por conterem matéria estranha à Lei Orçamentária.

Justificativa:

As disposições a serem suprimidas devem ser deslocadas para o Capítulo próprio que é o dos Servidores Públicos.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte suprime o art. 224, § e incisos, que trata sobre despesa com pessoal. Entendemos que o dispositivo proposto no Substitutivo é coerente, estabelecendo que Lei Complementar fixará os limites para a despesa com pessoal.
Pela rejeição.

EMENDA:24200 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Emenda ao Projeto de Constituição -
Substitutivo do Relator -

O caput do art. 224 passará ter a seguinte redação:

Os gastos com o pagamento dos servidores da
Administração Direta e Indireta, inclusive
fundações instituídas pelo Poder Público em nenhuma hipótese poderão ultrapassar a 50% do
Orçamento da União, dos Estados e Municípios.

Justificativa:

Diariamente surgem notícias no sentido de que, em muitos Estados e Municípios, a respectiva folha de pagamento dos servidores públicos é muito superior à arrecadação, o que contribui decisivamente para o crescimento do déficit público.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da maioria dos Membros desta Comissão.
Pela rejeição.

EMENDA:24268 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

Texto:

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: Título VII do
Substitutivo do Relator.

O Título VI do Substitutivo do Relator passa
a ter a seguinte redação:

"Título VII

Da Tributação e do Orçamento

Capítulo I

Do Sistema Tributário Nacional

[...]

Capítulo II

Das Finanças Públicas

[...]

Art. 170. A despesa com pessoal, ativo e
inativo, da União, dos Estados e dos Municípios
não excederá a sessenta e cinco por cento do valor
das respectivas receitas correntes.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o "caput"
deste artigo, agregam-se às receitas correntes,
deduzidas das transferências intragovernamentais,
bem como o dispêndio com pessoal de autarquias e
fundações instituídas e mantidas pelo poder
público, que recebam recursos do orçamento fiscal.

§ 2º. É vedada a vinculação ou equiparação de
qualquer natureza, para efeito de remuneração do
pessoal do serviço público e lei complementar
regulará o conteúdo, a apresentação a vigência, a
execução e o acompanhamento dos orçamentos da União."

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte pretende modificar o título VII - TRIBUTOS FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO.

Na parte referente ao Orçamento o conteúdo da emenda, em confronto com o do Substitutivo, levou-nos a conclusão que alguns artigos se harmonizam com os princípios que orientam o Sistema de Planos e Orçamentos; em outros pontos os objetivos são atendidos de forma implícita e finalmente, em outros contraria o espírito da linha traçada para os planos e orçamentos.

Quanto à parte tributária, também verifica-se que a Emenda repete muitos dos dispositivos que já constam do Substitutivo. As novidades referem-se aos seguintes pontos: competência municipal para exigir contribuição relacionada com a poluição; vinculação dos empréstimos compulsórios a sinistros em lugar de calamidades; restabelecimento de disposições anteriores sobre privilégios processuais da Fazenda Pública, sobre microempresa e sobre representação da União nas causas que versam matéria tributária; extensão de imunidade aos sindicatos patronais; eliminação do imposto de renda estadual; alteração dos percentuais dos Fundos de Participação, inclusive quanto às regiões; restauração dos conselhos de representantes; incidência do ICM em minerais, energia elétrica e combustíveis.

A aceitação das modificações sugeridas viria deformar a unidade do Substitutivo e provocar distorções em pontos para cujo ajustamento foram feitas negociações que agora não podem ser desconsideradas. Todavia, podem ser admitidas, ainda que em parte, as sugestões sobre ICM, sobre privilégios da Fazenda Pública, sobre a participação das Regiões e sobre Sindicatos Patronais.

As modificações que se pretendem introduzir no campo das finanças públicas, relacionam-se com as atribuições do Banco do Brasil (artigo 159 §§ 1o. e 2o. da Emenda). A especificação até proposta é matéria de natureza tipicamente regulamentar, não se justificando sua inclusão no texto Constitucional.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:24865 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

Texto:

Substitua-se, no artigo 224, a expressão "estabelecidos em Lei Complementar", pela seguinte:

... "De 50% para o pessoal ativo e de 65% para todo o pessoal".

Justificativa:

A forma como está é inócua. Já está na Constituição vigente há mais de vinte anos e nunca foi regulamentada. Por que não se estabelecer desde logo os limites? Se esse é o desejo da Constituinte, para não esmorecer as esperanças do povo brasileiro, é preciso tornar o dispositivo autoaplicável.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da maioria dos Membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:25235 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ACIVAL GOMES (PMDB/SE)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA DO § 7o., DO ARTIGO 220 E INCISO II DO ARTIGO 224.

Dê-se ao § 7o. do Artigo 220 e inciso II do

Artigo 224 do Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"Art. 220

§ 7o. - Lei Complementar regulará, a elaboração, execução, apresentação e conteúdo do orçamento, os limites para contratação de operações de crédito e a emissão e o resgate de títulos de dívida pública.

"Art. 224

II - se houver autorização na lei orçamentária.

Justificativa:

O motivo da presente emenda é a utilização, em ambos os artigos alterados, da expressão "lei de diretrizes orçamentárias".

Com mais esta expressão, "lei de diretrizes orçamentárias" passam a coexistir na Constituição inúmeras leis sobre um mesmo assunto, qual seja, o orçamento, cada uma aparentemente com uma finalidade distinta, mas não devidamente explicitada no corpo constitucional.

Não convém, pois, que a Carta Magna gaste palavras ao léu, dificultando sua aplicação e interpretação.

Por fim, do artigo 220 retira-se a menção a planos plurianuais, pois esta figura é incompatível com o planejamento anual do Governo, e com a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte exclui a expressão "lei de diretrizes orçamentárias", do § 7o. do art. 220 e do art. 224.

O conteúdo da emenda e a justificação em confronto com o do Substitutivo, não se harmonizam com a sistemática que orienta o Sistema de Planos e Orçamentos. Entendemos que a lei de diretrizes orçamentárias apreciada pelo Congresso dará uma participação do Poder Legislativo na elaboração do orçamento anual.

Pela rejeição.

EMENDA:25516 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RONALDO CEZAR COELHO (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Modificativa

Projeto de Constituição - Substitutivo do Relator (26-8-87

Artigo 224 - § 1o. - I

Dê-se nova redação ao inciso I, do § 1o, do artigo 224, acrescentando-se ao final do dispositivo, após a expressão "... dela decorrente;"

"..., observado o disposto no artigo 61 e seu parágrafo único;"

Justificativa:

As diversas remissões, no texto do Projeto Substitutivo, ao inciso II do § 1º do art. 224, que ora se propõe emendar, recomenda que se acrescente remissão ao artigo 61, que estabelece limite de remuneração, e seu parágrafo único, resultante de emenda aditiva proposta, dotando o texto de norma cogente par a fixação de limite de remuneração atribuída a servidores estaduais e municipais.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte acrescento ao inciso II, do § 1o., do art. 224, a expressão: "

observado o disposto no art. 61 e seu parágrafo único.
Entendemos que o novo dispositivo é redundante, vez que, implicitamente, o conteúdo do art. 61 deverá ser observado.
Pela rejeição.

EMENDA:26432 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Dê-se ao "caput" do Art. 224 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, a seguinte redação:
"Art. 224. - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despendar mais de sessenta por cento de sua receita nas despesas com pessoal".

Justificativa:

Genericamente, Estados e Municípios estão despendendo na remuneração de pessoal importância muito superior à sua respectiva arrecadação. A existência de norma constitucional limitadora tem estimulado administradores desavisados à prática de desenfreio empreguismo.

O anelo de nossa emenda é incluir no novo texto constitucional norma que coibirá tais abusos, inclusive o clientelismo político.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da maioria dos Membros desta Comissão.
Pela rejeição.

EMENDA:29674 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

Texto:

Emenda Supressiva
Suprima-se o artigo 224.

Justificativa:

Ainda que concordemos inteiramente com o que ali se escreve, a supressão se torna necessária por mera economia e para tornar límpido o texto constitucional, uma vez que as proibições já estão no artigo 222 exaustivamente especificadas.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte suprime o art. 224.
Entendemos que o conteúdo do art. deve constar explicitamente no Texto Constitucional pela relevância do assunto.
Pela rejeição.

EMENDA:29783 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Título VII, cap. II, Seção do Substitutivo do Relator:
Dê-se ao art. 224 a seguinte redação,
eliminando-se os seus atuais incisos:
"Art. 224 A despesa com pessoal, ativo e
inativo, da União, dos Estados e dos Municípios e
do Distrito Federal não poderá exceder os limites
estabelecidos em lei complementar federal".

Justificativa:

Primeiro, os itens do artigo são tautológicos e estabelecem um dilema, isto é uma norma impraticável.
Segundo, é preciso deixar claro que a Lei complementar é federal, sob pena de se dar oportunidade
aos Estados de legislar em causa própria.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação apresentada pelo nobre Constituinte, nos levou a
concluir que a alteração proposta contribui para a aperfeiçoamento do Projeto, tornando-o mais
completo, preciso e consistente.
Assim somos pela aprovação nos Termos do Substitutivo.

EMENDA:30850 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NYDER BARBOSA (PMDB/ES)

Texto:

Emenda Aditiva

O artigo 224 - Seção II - Dos Orçamentos,
passa a ter a seguinte redação:
"As despesas de pessoal, ativo e inativo, da
União, dos Estados, do Distrito Federal, dos
Territórios e dos Municípios, tanto da
administração direta como da indireta, não poderão
dispender com pessoal mais do que sessenta e cinco
por cento do valor das respectivas receitas correntes".

Justificativa:

Visa a presente emenda moralizar a administração pública e evitar os constantes abusos que
escandalizam constantemente a opinião pública brasileira.
Aí estão os funcionários fantasmas; aí estão os marajás; aí estão as contratações desnecessárias
com finalidade, muitas vezes eleitoreiras, nepotistas, etc.
Enquanto isso falta dinheiro para as obras públicas falta dinheiro para a educação, para a saúde,
para a previdência social, para os investimentos, etc.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal.
Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria
deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da
maioria dos Membros desta Comissão.
Pela rejeição.

EMENDA:30928 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda Supressiva Parcial

Art. 224 - Item II

"Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista"

O texto deve receber a seguinte emenda:

Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Justificativa:

Ao excluir as empresas públicas e as sociedades de economia mista se esvazia o objetivo constitucional de observância de metas prioritárias, com desrespeito aos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais da União, gerando maior pressão sobre o déficit público, com todo o elenco de consequências econômicas e sociais. Os gastos das empresas em que a União direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social devem ser compatíveis com o plano plurianual e com os orçamentos anuais da União, vedando-se a ampliação de quadros ou aumento de vantagens ou aumentos de remuneração de pessoal não incluídos no orçamento.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte suprime parcialmente o item II, do art. 224.

A concessão de vantagens ou aumento da remuneração de pessoal da Administração Direta e Indireta diferem das do pessoal das empresas públicas e estatais e cujos orçamentos serão deliberados, segundo texto Constitucional, pelo Congresso Nacional, só os investimentos.

Assim, somos pela rejeição.

EMENDA:31487 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

Texto:

Dê-se ao Art. 224, do Substitutivo do relator a seguinte redação:

Art. 224 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder o limite de cinquenta por cento da arrecadação oficial.

Justificativa:

Propomos a alteração na redação do Art. 224, do Substitutivo do Relator, visando a limitação das despesas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o pagamento do pessoal, no máximo cinquenta por cento da receita tributária.

Este limite visa basicamente, frear as contratações indiscriminadas que o setor público faz, muitas delas para atender compromissos políticos.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da maioria dos Membros desta Comissão.

Pela rejeição.

EMENDA:33483 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Modificativa

Dê-se nova redação ao artigo 224 do Projeto de Constituição.

"Art. 224 - A despesa de pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder 60% das respectivas receitas correntes. Sempre que o valor acumulado da despesa de pessoal, em qualquer mês do exercício, for superior a 60% da receita corrente acumulada, serão procedidas reduções nas remunerações individuais, a qualquer título, de todos os funcionários, ou cortes nos contingentes, na proporção necessária para preservar aquele limite.

Justificativa:

É finalidade precípua do poder público, promover os serviços que lhe competem de atendimento à população, para o que é necessário dispor de, ao menos, parte dos recursos que arrecada. No entanto, o inchamento da máquina estatal, em todos os níveis da Administração, não só tem comprometido o total das arrecadações, como, ainda, em muitos casos, gerado déficits insuportáveis a Municípios, Estados, Distrito Federal e União.

A limitação da despesa de pessoal faz-se, assim, imprescindível e, tal como proposta, tem a vantagem de fazer do servidor público um fiscal do empreguismo e das disposições salariais que, a ele próprio, diretamente, poderão prejudicar.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte altera o art. 224, estabelecendo limites das despesas com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente autor da emenda. Contudo entendemos que a matéria deva ser disciplinada em legislação complementar, conforme texto do Substitutivo e a opinião da maioria dos Membros desta Comissão. Pela rejeição.

EMENDA:33484 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Emenda Aditiva

Acrescente-se um § 2o. ao Art. 224 do Projeto de Constituição:

"§ 2o. - Em caso de desrespeito aos limites estabelecidos, a autoridade responsável responderá pelo excesso até o limite de seu patrimônio pessoal, sem prejuízo das demais sanções legais ou disciplinares".

Justificativa:

Só o povo tem pago pelos desmandos das autoridades. É preciso por fim à impunidade, responsabilizando materialmente os maus administradores, imputáveis dos crônicos e perniciosos "déficits" públicos.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte acrescenta o § 2o., ao art. 224, visando sanções a autoridade desrespeite os limites estabelecidos a despesa com pessoal. Compartilhamos da preocupação do eminente Constituinte, entretanto entendemos que a matéria deva ser objeto de legislação complementar. Pela rejeição.

EMENDA:33486 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o parágrafo 2o., itens I e II ao Art. 224 do Projeto de Constituição

"§ 2o. - É obrigatória a divulgação, no Diário Oficial da União ou da Unidade Federativa a que pertencerem, mensalmente:

I - por todos os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como as fundações supervisionadas, demonstrativo evidenciando os seus gastos com pessoal, discriminando as despesas com vencimentos, diárias, ajudas de custo e toda forma de remuneração, os admitidos e desligados no período, e ainda os respectivos cargos, funções e lotação.

II - pelas empresas públicas ou de economia mista e autarquias, que atuem em caráter monopolista, demonstrativo de seus custos, índices de desempenho, tarifas e preços, frente aos valores correspondentes vigorantes em outros países.

Justificativa:

A nova redação proposta visa a ampliar o propósito, presente no espírito do Relator, de uma maior seriedade na administração pública. Busca-se o conhecimento público, não somente do número de funcionários do governo, mas também a totalidade dos gastos com o pessoal, inclusive os indiretos. Ademais, procura-se garantir a aferição da produtividade dos monopólios estatais, comparando-se seu desempenho com parâmetros estrangeiros.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte acrescenta o § 2o., itens I e II ao art. 224.

Compartilhamos da preocupação o eminente Autor da emenda, pela importância do assunto. Contudo entendemos que a matéria deva ser objeto de legislação complementar. Pela rejeição.

EMENDA:34001 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o disposto no § 2o. do artigo 23 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se ao Título VII a seguinte redação, procedendo-se às alterações que se fizerem necessárias, no Substitutivo do Relator:

"Título VII

Da Tributação e do Orçamento

Capítulo I

Do Sistema Tributário Nacional

[...]

Capítulo II

Das Finanças Públicas

[...]

Seção II

Dos Orçamentos

[...]

Art. 224 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
 Parágrafo único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:
 I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e
 II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."

Justificativa:

As alterações e a redação ora propostas, de dispositivos correlatos, contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados, tendo em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

Parecer:

A presente Emenda tem por objetivo dar nova redação ao Título VII do Substitutivo ao Projeto de Constituição.

O exame da Emenda, na parte relativa à Seção II, "Dos Orçamentos", e da respectiva justificação apresentadas pelos nobres Constituintes, levam-nos a concluir que as alterações propostas contribuem para o aperfeiçoamento do Projeto tornando-o mais completo, preciso e consistente.

Quanto ao Sistema Tributário, a Emenda reproduz grande parte do Substitutivo e também traz inovações que devem ser atendidas, porque contribuem para o aperfeiçoamento do mesmo (caso dos artigos 200, 202, II, V, 203, I, § 3o., 207, § 3o., I, 209, III, §§ 2o., 3o., 4o., 9o., I, § 10, 213, § 1o. e 2o.)

Entretanto, não achamos conveniente o aproveitamento das contribuições contidas nos artigos 209, § 9o., item II, alínea "a" e 213, item I, alínea "c", tendo em vista a linha geral do Substitutivo e o resultado de negociações já firmadas.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:34197 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SERRA (PMDB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa ao Projeto de Constituição

No Artigo 224:

"Onde se lê: § 1o. leia-se:
 parágrafo único"

Justificativa:

Para correta numeração do parágrafo.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificação apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui para o aperfeiçoamento do Projeto, tornando-o mais completo na técnica Constitucional.

EMENDA:34255 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CÉSAR MAIA (PDT/RJ)

Texto:

- Suprimir o parágrafo 1o. do Artigo 224.

Justificativa:

É um dispositivo excessivo, introduz o óbvio que constará necessariamente de LEI ORÇAMENTÁRIA.

Parecer:

A emenda do nobre Constituinte suprime o § 1o. do artigo 224.

Entendemos que o conteúdo do § deva constar explicitamente no Texto Constitucional pela relevância do assunto.

Pela rejeição.

EMENDA:34304 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OTTOMAR PINTO (PTB/RR)

Texto:

Título VII

Capítulo II

Seção I

Art. 218 -

§ 3o. - As disponibilidades de Caixa da União serão depositadas no Banco Central, as dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, bem como dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

Seção II

Dos orçamentos

Art. 224 - A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Art. 243 - Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios, promover e divulgar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, criando incentivos para o setor.

Capítulo III

Art. 256 - Suprimir

Justificativa:

1 – Art. 218, § 3º, art. 224 e art. 243, e as emendas são aditivas visando apenas a inserção dos Territórios Federais, com a finalidade de sistematizar os textos, omissos em relação aos Territórios.

2 – A emenda SUPRESSIVA do art. 256 justifica-se, tendo em vista, que o inteiro teor do artigo 256, está reproduzido no artigo 255, § 1º.

Parecer:

A Emenda altera o parágrafo 3o. do artigo 218 e os artigos 224 e 243, e suprime o artigo 256 do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Quanto ao parágrafo 3o. do artigo 218, a proposta contém aspectos que contribuem para o efetivo

aprimoramento do Projeto que nos coube relatar.

Na parte relativa ao orçamento, art. 224, a inclusão da expressão "dos Territórios", no texto do Substitutivo atende de forma implícita, os objetivos da Emenda, vez que os Territórios estão vinculados ao Ministério do Interior, parte integrante da União.

No que concerne ao art. 243, propõe a Emenda a inclusão dos Territórios como agentes a quem compete desenvolver o turismo. Tratando-se de verdadeiras autarquias territoriais vinculadas à União, o aditamento resulta desnecessário. Em síntese, somos pela aprovação parcial da proposição, tendo em vista, ainda, que se justifica a supressão do art. 256 do Substitutivo que, na realidade, reproduz o § 1o. do art. 255.

EMENDA:34751 APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Renumere-se o parágrafo primeiro do artigo 224 para parágrafo único.

Justificativa:

O artigo 224 só tem um parágrafo.

Parecer:

O exame da Emenda e respectiva justificção apresentadas pelo nobre Constituinte, nos levou a concluir que a alteração proposta contribui para o aperfeiçoamento do Projeto, tornando-o mais completo, preciso e consistente.

FASE S

EMENDA:00961 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RENATO JOHNSSON (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao art. 198 e seu é único a seguinte redação:

Art. 198 - As despesas com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder a sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

§ 1o. - A adaptação das despesas com pessoal ao limite estabelece neste artigo, para as entidades que o excedam, deverá processar-se, no prazo de cinco anos, reduzindo o percentual à base de um quinto a cada ano.

§ 2o. - A concessão de qualquer vantagem ao aumento de remuneração, a criação ou alteração de estrutura de cargos e de carreiras, bem como a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive

fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; só poderão ser feitas nos Limites do "caput" deste artigo:

- I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II - se houver autorização específica na Lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Justificativa:

O governo de São Paulo paga de Cz\$ 300 mil a Cz\$ 400 mil mensais de salários a cerca de 500 funcionários públicos. Alguns recebem mais de Cz\$ 700.000,00 mensais.

O Estado de Alagoas, com 25 mil quilômetros quadrados de território (só o Sergipe é menor) e cerca de 2,2 milhões de habitantes é recordista em índice de analfabetismo (58%), em taxa de mortalidade infantil e de mortos por desnutrição. Contraditoriamente sustenta os "marajás" com seus supersalários que ultrapassam os Cz\$ 400 mil, graças a artifícios legislativos (inconstitucionais) criados.

O governador de Pernambuco diz que poderia governar apenas com 30% do funcionalismo que possui. O de Minas afirma que 50 mil ganham para não fazer nada. O do Ceará demitiu e anulou 30 mil cargos de acumulação de funções.

São casos assim que demonstram como as administrações estaduais, no País, estão doentes e as máquinas administrativas trabalham em grande parte para arrecadar e se pagar apenas a si próprias. No plano federal, a folha mensal dos servidores é de 6,9 bilhões de cruzados.

O empreguismo é uma velha vocação brasileira e muita coisa ainda está por vir à tona.

Nossa emenda intenta, pois limitar os gastos com pessoal em 65% das respectivas receitas correntes da União, Distrito Federal e Estados e Municípios.

A proposta de se limitar o comprometimento de recursos públicos com despesas de custeio, na execução orçamentária dos três níveis do Governo, deve-se adicionar critério determinador da dimensão temporal para adaptação a esse dispositivo constitucional.

É lamentável que o atual Projeto de Constituição tenha remetido à lei complementar, tão importante preceito.

Parecer:

O objetivo da presente emenda é limitar as despesas com pessoal a 65% das receitas correntes. Considerando que fomos pela aprovação da emenda no. 2P00423/7 que estabelece um limite menor (50%) que o ora proposto, somos pela rejeição da presente proposição.

EMENDA:01969 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO CASTELO (PDS/MA)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 198

Dê-se a seguinte redação ao art. 198:

"Art.198 - A lei disporá sobre os limites com a despesa de pessoal e sobre as condições para emissão de títulos da dívida pública, compreendendo a natureza, o montante, a rentabilidade, as formas e prazos de resgate."

Justificativa:

Entendemos que o texto aprovado pela Comissão de Sistematização deve ser mais explícito, razão pela qual acrescentamos, ainda, as condições para emissão de títulos da dívida pública, bem como as formas e prazos de resgate, evitando criar embaraços maiores para o governo subsequente.

Parecer:

Considerando que a presente emenda contraria os princípios estabelecidos no Projeto da Comissão de Sistematização e, inclusive, na emenda coletiva relativa ao assunto, somos pela sua rejeição.

EMENDA:02042 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

Dispositivo emendado – TÍTULO VI

Dê-se ao Título VI do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

TÍTULO VI

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

[...]

CAPÍTULO II

DAS FINANÇAS PÚBLICAS

[...]

SEÇÃO II

DOS ORÇAMENTOS

[...]

Art. 198. A despesa com pessoal, ativo e inativo, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de pessoal pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às preleções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Assinaturas

- | | | |
|--------------------------|-------------------------|---------------------------|
| 1. Gilson Machado | 17. Samir Achôa | 32. Expedito Machad,O |
| 2. Luiz Marques | 18. Maurício Nasser | 33. Manoel Viana |
| 3. Orlando Bezerra | 19. Mauro Sampaio | 34. Amaral Netto |
| 4. Furtado Leite | 20. Stelio Dias | 35. Antonio Salim Curiati |
| 5. Roberto Torres | 21. Airton Cordeiro | 36. José Luiz Maia |
| 6. Arnaldo Faria de Sá | 22. José Camargo | 37. Carlos Virgílio |
| 7. Sólon Borges dos Reis | 23. Mattos Leão | 38. Mario Bouchardet |
| 8. Ézio Ferreira | 24. João Castelo | 39. Melo Freire |
| 9. Sadie Hauache | 25. Guilherme Palmeira | 40. Leopoldo Bessone |
| 10. José Sutra | 26. Carlos Chiarelli | 41. Aloisio Vasconcelos |
| 11. Carrel Benevides | 27. Ismael Wanderley | 42. Messoas Gois |
| 12. Joaquim Sucena | 28. Antonio Câmara | 43. Daso Coimbra |
| 13. José Tinoco | 29. Henrique Eduardo | 44. João Rezek |
| 14. Siqueira Campos | Alves | 45. Roberto Jefferson |
| 15. Aluizio Campos | 30. Francisco Dornelles | 46. João Menezes |
| 16. Eunice Michiles | 31. Simão Sessim | 47. Vingt Rosado |

- | | | |
|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| 48. Cardoso Alves | 95. Paes Landim | 143. Olavo Pires |
| 49. Paulo Roberto | 96. Alerico Dias | 144. Tito Costa |
| 50. Lourival Baptista | 97. Missa Demes | 145. Caio Pompeu |
| 51. Rubem Branquinho | 98. Jesse Freire | 146. Felipe Cheidde |
| 52. Cleonânicio Fonseca | 99. Gandi Jamil | 147. Manoel Moreira |
| 53. Bonifácio de Andrada | 100. Alexandre Costa | 148. Victor Fontana |
| 54. Agripino de Oliveira Lima | 101. Albérico Cordeiro | 149. Orlando Pacheco |
| 55. Narciso Mendes | 102. Iberê Ferreira | 150. Ruberval Pilotto |
| 56. Mancondes Gadelha | 103. José Santana de Vaconcelos | 151. Alexandre Puzina |
| 57. Mello Reis | 104. Chistovam Chiaradia | 152. Artenir Werner |
| 58. Arnold Fioravante | 105. Rosa Prata | 153. Telmo Kirst |
| 59. Jorge Arbage | 106. Mario De Oliveira | 154. Darcy Pozza |
| 60. Chagas Duarte | 107. Silvio Abreu | 155. Arnaldo Prieto |
| 61. Álvaro Pacheco | 108. Luiz Leal | 156. Osvaldo Bender |
| 62. Felipe Mendes | 109. Genesio Bernardino | 157. Adylson Motta |
| 63. Alysson Paulinelli | 110. Alfredo Campos | 158. Paulo Mincarone |
| 64. Aloisio Chaves | 111. Virgilio Galassi | 159. Adroaldo Streck |
| 65. Sotero Cunha | 112. Theodoro Mendes | 160. Victor Faccioni |
| 66. Gastone Righi | 113. Almilcar Moreira | 161. Luis Roberto Fonte |
| 67. Dirce Tutu Quadros | 114. Oswaldo Almeida | 162. João de Deus Antunes |
| 68. José Elias Murad | 115. Ronaldo Carvalho | 163. Francisco Sales |
| 69. Mozarildo Cavalcante | 116. José Freire | 164. Assis Canuto |
| 70. Flávio Rocha | 117. Carlos Sant'anna | 165. Chagas Neto |
| 71. Mauro Miranda | 118. Delio Braz | 166. José Viana |
| 72. Gustavo de Faria | 119. Nabor Junior | 167. Lael Varela |
| 73. Flavio Palmier da Veiga | 120. Geraldo Fleming | 168. Julio Campos |
| 74. Gil Cesar | 121. Osvaldo Sobrinho | 169. Ubiratan Spineli |
| 75. João da Mata | 122. Osvaldo Coelho | 170. Jonas Pinheiro |
| 76. Dionisio Hage | 123. Hilario Braun | 171. Louremberg Nunes Rocha |
| 77. Leopoldo Peres | 124. Edivaldo Motta | 172. Roberto Campos |
| 78. José Egreja | 125. Paulo Zarzur | 173. Cunha Bueno |
| 79. Ricardo Izar | 126. Nilson Gobson | 174. Arolde de Oliveira |
| 80. Afif Domingos | 127. Milton Reis | 175. Rubem Medina |
| 81. Jayme Paliarin | 128. Marcos Lima | 176. Matheus Iensen |
| 82. Delfin Netto | 129. Milton Barbosa | 177. Antonio Ueno |
| 83. Farabulini Junior | 130. Djenal Gonçalves | 178. Dionisio Dal-Prá |
| 84. Fausto Rocha | 131. Enoc Vieira | 179. Jacy Scanagatta |
| 85. Nyder Barbosa | 132. Joaquim Haickel | 180. Basílio Villano |
| 86. Pedro Ceolin | 133. Edison Lobão | 181. Osmundo Trevisan |
| 87. José Lins | 134. Vitor Trovão | 182. Renato Jonhson |
| 88. Homero Santos | 135. Onofre Correa | 183. Ervin Bonkonki |
| 89. Chico Humberto | 136. Alberico Filho | 184. Jovanni Masini |
| 90. Osmudo Rebouças | 137. Vieira Da Silva | 185. Paulo Pimentel |
| 91. José Mendonça Bezerra | 138. Costa Ferreira | 186. José Carlos Matinez |
| 92. José Lourenço | 139. Eliezer Moreira | 187. Denisar Arneiro |
| 93. Vinicius Cansanção | 140. José Teixeira | 188. Jorge Leite |
| 94. Ronaro Corrêa | 141. Marluce Pinto | 189. Aloisio Teixeira |
| | 142. Ottomar Pinto | 190. Roberto Augusto |

| | | |
|-----------------------------|--------------------------|----------------------------------|
| 191. Messias Soares | 224. Paulo Roberto Cunha | 258. Francisco Diogenes |
| 192. Dalton Canabrava | 225. Pedro Canedo | 259. Antonio Carlos Mendes Thame |
| 193. Inocencio Oliveira | 226. Lucia Vania | 260. Jairo Carneiro |
| 194. Salatiel Carvalho | 227. Nion Albernaz | 261. Rita Furtado |
| 195. Cláudio Ávila | 228. Fernando Cunha | 262. Jairo Azi |
| 196. Marco Maciel | 229. Antonio De Jesus | 263. Fabio Baunheitti |
| 197. Ricardo Fiuza | 230. Oscar Corrêa | 264. Feres Nader |
| 198. Paulo Merques | 231. Mauricio Campos | 265. Eduardo Moreira |
| 199. José Luiz Maia | 232. Francisco Carneiro | 266. Manoel Ribeiro |
| 200. João Lobo | 233. Meira Filho | 267. Jose Melo |
| 201. Asdrubal Bentes | 234. Marcia Kubitscheck | 268. Jesus Tajra |
| 202. Jarbas Passarinho | 235. Aécio De Borba | 269. Antonio Carlos Franco |
| 203. Gerson Peres | 236. Bezerra De Melo | 270. Miraldo Gomes |
| 204. Carlos Vinagre | 237. Maria Lúcia | 271. João Machado Rollemberg |
| 205. Fernando Velasco | 238. Maluli Neto | 272. Wagner Lago |
| 206. Arnaldo Moraes | 239. Carlos Alberto | 273. José Carlos Cautinho |
| 207. Fausto Fernandes | 240. Gidel Dantas | 274. Eliel Rodrigues |
| 208. Domingos Juvenil | 241. Adalto Pereira | 275. Max Rosermann |
| 209. José Elias | 242. Annibal Barcelos | 276. Carlos de Carli |
| 210. Rodrigues Palma | 243. Geovani Borges | 277. Arnaldo Martins |
| 211. Levy Dias | 244. Eraldo Trindade | 278. Mauro Borges |
| 212. Rubem Figueiró | 245. Antonio Ferreira | 279. Cesar Cals Neto |
| 213. Rachid Saldanha Derzi | 246. Luiz Eduardo | 280. Fernando Gomes |
| 214. Ivo Cersósimo | 247. Eraldo Tinoco | 281. Evaldo Gonçalves |
| 215. Sérgio Werneck | 248. Benito Gama | 282. Raimundo Gomes |
| 216. Raimundo Bezerra | 249. Jorge Viana | 283. Érico Pegoraro |
| 217. José Geraldo | 250. Angelo Magalhaes | 284. Francisco Coelho |
| 218. Álvaro Antonio | 251. Leur Lomanto | 285. Albano Franco |
| 219. Irapuan Costa Junior | 252. Jonival Lucas | 286. Sarney Filho |
| 220. Roberto Balestra | 253. Sergio Brito | 287. Odacir Soares |
| 221. Luiz Soyer | 254. Waldeck Ornelas | |
| 222. Naphali Alves de Souza | 255. Francisco Benjamin | |
| 223. Jalles Fontoura | 256. Etevaldo Nogueira | |
| | 257. João Alves | |

Justificativa:

Ainda que possam ocorrer discordâncias neste ou naquele ponto, não é possível deixar de reconhecer as virtudes e a coerência do texto oferecido ao Plenário, que, emanado da Comissão Temática que o elaborou, não chegou a ser desvirtuado.

Tendo permanecido basicamente o mesmo, restaram apenas algumas arestas a serem apoiadas, principalmente com o objetivo de não fazer com que o sistema tributário corra o risco de tornar-se fonte de exações incompatíveis com a necessidade de manter a capacidade de investimento e o estímulo para empreender, e progredir, do contribuinte.

Parecer:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

PELA APROVAÇÃO: Art. 171 ("caput"), incisos I e II, §§ 1º e 2º; Art. 172 ("caput") incisos I, II e III, alíneas "a", "b" e "c"; Art. 173 ("caput"); Art. 174 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 175 ("caput"), § 1º, incisos I e II, § 2º, incisos I e II; Art. 176 ("caput") e seu Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Inciso 111 do Art. 171.

SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 177 ("caput"), incisos I, II e III, alíneas "a" e "b"; inciso IV;

Art. 178 ("caput"), incisos I e II, alíneas "a", "b", "c" e "d", §§ 1º, 2º e 3º; Art. 179 ("caput"), incisos I, II e III; Art. 180 ("caput"); Art. 181 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: Parágrafo único do Art. 177 (Emenda n 2 1814-9, Cid Carvalho).

SEÇÃO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 182 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I e II, §§ 4º, 5º e 6º; Art. 183 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

SEÇÃO IV:

PELA APROVAÇÃO: Art. 184 ("caput"), incisos I, II e III, §§ 1º, 2º, 4º, 6º, 7º, 8º e 9º, incisos I e II, §§ 10 e 11, incisos I e II, alíneas "a" e "b", inciso III, §§ 12 e 13, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII.

PELA REJEIÇÃO: § 3º do Art. 184.

SEÇÃO V:

PELA APROVAÇÃO: Art. 185 ("caput"), incisos I, II e IV, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, incisos I e II.

PELA REJEIÇÃO: Art. 185, inciso III.

SEÇÃO VI:

PELA APROVAÇÃO: Art. 186 ("caput"), incisos I, II e III; Art. 187 ("caput"), incisos I, II, III, IV e V, Parágrafo único, incisos I e II; Art. 188 ("caput"), inciso I, alíneas "a", "b" e "c", inciso II, §§ 1º, 2º e 3º; Art. 189 ("caput"); Art. 190 ("caput"), incisos I, II e III e seu Parágrafo único; Art. 191 ("caput") e seu Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Parágrafo único do Art. 189.

CAPÍTULO II:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO: Art. 192 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Art. 193 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

CAPÍTULO II:

SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO:

Art. 192 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V, VI e VII; Art. 193 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º.

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 194 ("caput"), incisos I, II e III, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I e III e §§ 4º, 5º e 6º, incisos I e II, e § 7º; Art. 195 ("caput"), §§ 2º e 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", incisos II e III, §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º; Art. 196 ("caput"), incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º e 3º; Art. 197 ("caput"); Art. 198 ("caput"), Parágrafo único, incisos I e II.

PELA REJEIÇÃO: Inciso II do § 3º do Art. 194; § 1º do Art. 195 (Emenda nº 1907-2, José Serra); inciso II do Art. 196.

FASE W

EMENDA:00598 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PSDB/RJ)

Texto:

Com dotação orçamentária prévia e suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Justificativa:

A substituição da conjunção “se” pela preposição “com” aprimora o texto do vencido, dentro da boa técnica legislativa.

EMENDA:00599 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANNA MARIA RATTES (PSDB/RJ)

Texto:

com autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Justificativa:

A substituição da conjunção “se” pela preposição “com” aprimora o texto do vencido, dentro da boa técnica legislativa.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 169 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.